

II Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

[Projeto de Resolução n.º 1965/XIII/4.^a (CDS-PP, PSD, PS e BE)]

Reunião n.º 31

7 de junho de 2019

(Sem revisão final)

(14h40 – 18h50)

Ordem do dia: Audição do Dr. Jorge Tomé (ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos)

Presidentes da Comissão: Fernando Rocha Andrade e João Pinho de Almeida

Deputados oradores:

João Paulo Correia (PS)

Mariana Mortágua (BE)

Cecília Meireles (CDS-PP)

Duarte Alves (PCP)

Duarte Pacheco (PSD)

Fernando Anastácio (PS)

Fernando Virgílio Macedo (PSD)

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Srs. Deputados, vamos começar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 40 minutos.

Informo que deram entrada quatro requerimentos, os três que são referidos na ordem de trabalhos, do PCP, do Bloco de Esquerda e do PSD, e também um do Partido Socialista.

Os quatro requerimentos têm em comum o pedido de uma nova audição do antigo Governador do Banco de Portugal Dr. Vítor Constâncio e a solicitação ao Banco de Portugal de um conjunto de informação, cujo conteúdo exato, embora semelhante, não é idêntico.

O PCP pede as atas das reuniões do Conselho de Administração do Banco de Portugal em que foram discutidas operações de crédito, independentemente da instituição financeira que o concedeu, que tiveram como objetivo a aquisição de capital ou participações sociais de instituições financeiras, de 2000 a 2015.

No caso do Bloco de Esquerda, são solicitadas as atas de todas as reuniões do Conselho de Administração do Banco de Portugal em que tenham sido discutidas, enquanto objeto direto ou indireto, operações de crédito da Caixa Geral de Depósitos (CGD) realizadas no período 2000-2015, com menção a todos os elementos presentes nas reuniões, bem como documentação de suporte às reuniões anteriormente referidas, se relativa à CGD, e evidência de correspondência efetuada no seguimento das discussões tidas nessas reuniões.

No caso do PSD, é solicitado o envio por parte do Banco de Portugal de toda a documentação na sua posse, incluindo toda a correspondência

trocada, relativa ao financiamento de 350 milhões de euros por parte da Caixa Geral de Depósitos à Fundação José Berardo.

E, no caso do PS, são solicitadas informações prestadas pela Caixa Geral de Depósitos ao Banco de Portugal em que sejam mencionadas operações de crédito ou alterações de posição societária relativas a outras instituições bancárias, no período de 2000 a 2015, e atas das reuniões do Conselho de Administração do Banco de Portugal em que tais informações tenham, de alguma forma, sido mencionadas.

Ia propor que procedêssemos à votação destes quatro requerimentos pela ordem sequencial em que deram entrada. Naturalmente, no rigor dos termos, no que toca à audição do Dr. Vítor Constâncio, a aprovação de qualquer deles prejudica apenas nessa parte os seguintes. Porém, não vale a pena fazer essa distinção, uma vez que é preciso votar todos no que toca à documentação. Se forem aprovados todos os requerimentos ou mais do que um, proponho que, seguidamente, os serviços da Comissão consolidem num único pedido ao Banco de Portugal toda a informação constante desses requerimentos.

Não havendo nenhuma objeção a este procedimento, vamos proceder às votações.

Votamos, em primeiro lugar, o requerimento do PCP.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, vamos votar o requerimento do Bloco de Esquerda.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, temos para votação o requerimento do PSD.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, temos o requerimento do PS.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, o PS também requer a audição do Dr. Pedro Duarte Neves.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr. Deputado, isso não consta do texto entregue.

Vamos, então, proceder à votação do requerimento do PS.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, o nosso requerimento propõe uma nova audição do Dr. Vítor Constâncio, mas também é nossa intenção propor que a Comissão ouça novamente o Dr. Pedro Duarte Neves.

O Dr. Pedro Duarte Neves, segundo o que conhecemos, participou nessa reunião de agosto de 2007, salvo erro, e era, na altura, Vice-Governador do Banco de Portugal, exatamente com este pelouro. Ele foi aqui ouvido e, se temos bem presente essa audição, também omitiu que tivesse decorrido esta reunião. Nessa medida, propomos também a audição do Dr. Pedro Duarte Neves.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Muito bem, Sr. Deputado. Naturalmente, pode apresentar esse requerimento, que será votado nessa altura.

Da ordem de trabalhos consta um ponto referente a outros assuntos...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode-se votar já! É um requerimento oral.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Pode, então, considerar-se apresentado oralmente este requerimento do Partido Socialista para a audição do Dr. Pedro Duarte Neves, ex-Vice-Governador do Banco de Portugal.

Vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Neste momento, não ia pronunciar-me sobre o calendário, na medida em que sou apenas o Presidente em substituição e, portanto, remeto essa complexa tarefa para a direção do Sr. Presidente da Comissão.

Então, creio que podemos fazer entrar o Dr. Jorge Tomé.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos, para procedermos à audição do Dr. Jorge Tomé.

Cumpre-me relembrar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco tem por objeto apurar as práticas de gestão da Caixa Geral de Depósitos no domínio da concessão e gestão de crédito e de outras modalidades de financiamento

desde o ano de 2000 e, nomeadamente, apreciar a atuação dos órgãos societários da Caixa Geral de Depósitos, incluindo os de administração, de fiscalização e de auditoria, dos diretores, dos auditores externos, dos Governos, bem como dos supervisores financeiros e dos demais mencionados na resolução que criou esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumpra-me também recordar que as comissões parlamentares de inquérito gozam dos poderes de investigação das autoridades judiciais que a estas não estejam constitucionalmente reservados e que a falta de comparência, a recusa de depoimento ou o não cumprimento de ordens legítimas de uma comissão parlamentar de inquérito no exercício das suas funções constituem crime de desobediência qualificada.

Cumpra-me ainda informar o depoente de que tem direito a usar da palavra para uma intervenção inicial, por um período indicativo de 15 minutos. O depoente já referiu que, embora tenha fornecido um documento volumoso à Comissão, não pretende lê-lo na íntegra e, portanto, peço-lhe que, de facto, se mantenha próximo do tempo indicado.

Seguidamente, haverá duas rondas, em que os Deputados disporão de 5 minutos para colocar questões ao depoente. Seguiremos a ordem de representatividade dos partidos, começando, hoje, pelo Bloco de Esquerda. Depois destas duas rondas, os Deputados podem requerer 2 minutos para fazer perguntas individualmente e, eventualmente, pode haver uma terceira ronda, caso tal seja solicitado.

Gostaria de recordar também que, caso o depoente entenda que, para responder a uma questão que lhe seja colocada, precisa de invocar factos que não possam ser do conhecimento público, esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode conhecê-los, nos termos da lei, pelo que, para esse efeito e apenas se estritamente necessário, pode ser feita uma ronda à porta

fechada, apenas com a presença dos Deputados e das restantes pessoas autorizadas, nos termos da lei, a conhecer essa informação.

Posto isto, tem a palavra o Dr. Jorge Tomé.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé** (ex-administrador da Caixa Geral de Depósitos): — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

Começo por cumprimentar a Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos e solicitar a vossa melhor compreensão para o tempo que vos tomará esta minha intervenção inicial, a qual será estruturada em breves mensagens e notas. Não vou ter tempo de as ler todas, como é óbvio, mas algumas delas poderão passar para a fase das perguntas, se os Srs. Deputados assim o entenderem.

Começo por sublinhar que cessei a minha atividade profissional na Caixa Geral de Depósitos em fevereiro de 2012, há mais de sete anos. Como é minha regra, não constituí qualquer arquivo pessoal com informação sobre operações, *reportings* de informação comercial e/ou financeira sobre o Grupo CGD, ao longo dos 11 anos em que lá trabalhei como Diretor, numa primeira fase, exercendo funções de Administrador Executivo/Presidente Executivo no Caixa Banco de Investimento (CaixaBI), instituição financeira subsidiária da Caixa, no período de julho de 2001 a janeiro de 2008, e exercendo funções como Administrador Executivo na CGD, no período de janeiro de 2008 a fevereiro de 2012 (quatro anos).

Daí que toda a informação, todas as declarações e opiniões que carrear para esta Comissão de Inquérito sejam baseadas nalguma, pouca, informação que consultei junto da CGD e num exercício de memória, o que, necessariamente, tornará este meu depoimento menos profundo do que gostaria e pretenderia.

Dito isto, relevo, então, algumas notas e mensagens.

A primeira nota é para me louvar na documentação entregue à Comissão pelo Eng.º Faria de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos no período em que lá exerci funções de Administrador.

A segunda nota é relativa à crise de 2008-2015.

O meu mandato como Administrador na Caixa Geral de Depósitos foi estigmatizado pela longa e profunda crise financeira, com epicentro no sistema financeiro dos Estados Unidos e da zona euro, que começou no final de 2008 e acabou em 2015 (sete anos), e pela longa e muito cavada crise económica que começou em 2010 e acabou em 2015 (cinco anos). Bem sei que a crise é um assunto do passado e que contextualizar o passado é um exercício de memória e de reconstituição difícil, a não ser que tivéssemos uma máquina do tempo, o que, até agora, os físicos ainda não conseguiram construir.

De qualquer forma, em jeito de catarse, na minha qualidade de administrador bancário nesse período, têm de me perdoar e, como tal, tenho de enfatizar alguns efeitos da magnitude dessa longa e cavada crise.

O *stock* de crédito na economia portuguesa baixou 30%, quase 100 000 milhões de euros, tendo passado de 330 000 milhões de euros para 234 milhões de euros.

Esta destruição de moeda (nível 2) deveu-se ao ajustamento de desalavancagem no sistema bancário português traduzido no abaixamento do rácio de transformação de crédito em depósitos, que passou de 160% para cerca de 100%, e pela subida regulatória dos rácios de solvabilidade do sistema bancário (*Core Tier 1* – nível 1: de 5% para 11%, valores obviamente médios do sistema).

Devo dizer que a subida dos rácios de solvabilidade dos bancos, para além de ser uma medida que permite ou que força a desalavancagem dos balanços, é, sobretudo, uma medida de política monetária, sendo que 1%

menos no rácio *Core Tier 1* representa qualquer coisa como menos 20 000 milhões de euros no crédito à economia, a não ser que os bancos subam o capital, obviamente.

O índice bolsista, na Bolsa de Valores, em Lisboa, o PSI20, baixou 52% em 2008 face a 2007 e baixou 63% de 2007 a 2014.

Os maiores bancos internacionais perderam nesse período, em média, cerca de 70% da sua capitalização bolsista e o BCP perdeu 98%.

Os indexantes de taxa de juro (a Euribor ao longo da curva com maior liquidez) baixaram de 4,5% para zero e para taxas negativas, cenário que, certa forma, ainda se mantém.

O mercado de capitais (o mercado desintermediado), em todos os seus segmentos – obrigações, ações, crédito estruturado/securitizações – esteve fechado para as empresas portuguesas por causa da notação de *rating junk* da dívida soberana portuguesa.

O mercado interbancário monetário fechou. Este mercado em qualquer crise económica funciona normalmente. Na crise de 2008 a 2015, por ter como um dos epicentros o sistema financeiro, os bancos deixaram de confiar uns nos outros e, como tal, este mercado fechou completamente.

O PIB decresceu 7% ao longo de 4 anos, de 2010 a 2013, o que poderá ter correspondido a uma quebra da produção/vendas nos sectores de bens e de serviços, considerando apenas os sectores económicos mais cíclicos, excluindo os anticíclicos, principalmente aquelas empresas que estavam praticamente orientadas para o mercado interno, nestes 4 anos, na ordem dos 35 000 milhões de euros.

É um cálculo obviamente imperfeito, feito por mim, com base num modelo simples das relações existentes entre os agregados macroeconómicos e as contas e grandezas contabilísticas e financeiras das empresas.

Uma empresa industrial e ou comercial que venda exclusivamente para o mercado interno, com um rácio de autonomia financeira de 25% a 35% (média portuguesa), consegue suportar uma quebra de vendas, sem haver cortes de crédito bancário, durante dois anos, mas não consegue suportar quebra de vendas durante três ou quatro anos e ter o seu crédito cortado por parte dos bancos em 20% ou 30%.

Ao nível do sistema financeiro os bancos estiveram em grande *stress* de liquidez e de capital em 2009, 2010, 2011. É bom lembrar que, no final de 2008, houve um mini *bank run*, ou seja, uma corrida aos depósitos, em Portugal, fenómeno há muito esquecido.

No período de 2009 a 2011, a Caixa Geral de Depósitos teve uma função de, quase, *lender of the last resort* (emprestador de último recurso) para o Estado português, para o sistema financeiro e para as empresas.

E, sublinho: o estatuto, o papel e a função da Caixa Geral de Depósitos no sistema não é, e não pode ser, o de *lender of the last resort*, mas, o que é verdade é que nesse período isso aconteceu.

Para concluir esta nota direi que: de acordo com os modelos da teoria económica e financeira e de análise estatística, a gestão, que siga as melhores práticas e *standards*, consegue controlar, em média, 68% a 70%, ou seja, um desvio padrão estatístico, dos eventos económicos, sendo que os outros 30% dependem de flutuações anormais de mercado, designadamente choques positivos e negativos inesperados, alterações de legislação e regulatórias, riscos não seguráveis – fenómenos e eventos definidos pelas cláusulas contratuais, geralmente designadas por MAC (*Material Adverse Change*).

E o período 2009 a 2015 foi, de facto, sobretudo, caracterizado por este tipo de fenómenos: falência de dezenas de bancos, alguns sistémicos; ajuda financeira internacional a diversos Estados; encerramento do mercado financeiro desintermediado nos seus diversos segmentos; redução

do crédito ao sector empresarial em 30%; crise profunda e longa de liquidez (7 anos); crise profunda e longa económica (4 anos); e quebra do PIB em 7%.

Não foi por acaso que o passivo dos bancos centrais da Zona Dólar (da Fed Reserve) da Zona Euro (BCE) foi aumentado em quatro vezes. Na base monetária, que é o nível 1 de criação de moeda, o passivo do FED passou de 1 trilião de dólares para 4,5 triliões de dólares e passivo do BCE passou de 1,5 triliões de euros para 4,5 triliões de euros e as taxas de juro diretoras passaram a ser zero ou negativas.

As crises normais dos ciclos económicos têm uma duração média de 1,5 anos a 2 anos, são económicas, mas não são económicas e financeiras, e atingem apenas os agentes económicos empresariais e o sector das famílias. O PIB cai 1,5% a 2 %, os índices bolsistas caem de forma continuada, mas não mais do que 30%, e caem ao longo de 1 ano a 1,5 anos, não caem entre 50% e 60% ao longo de 7 anos.

Num ciclo económico normal os bancos e as respetivas administrações têm de prever e acautelar os seguintes riscos na análise e decisão das operações bancárias: o risco de contraparte (risco de crédito do mutuário); o risco moral dos mutuários (avaliação mais subjetiva e qualitativa do que objetiva); o risco de taxa de juro; o risco de volatilidade; e o risco de liquidez, quando estes riscos estão associados às operações de crédito.

Mas não podem ter políticas nem regras de gestão para fazer face a uma crise com a magnitude da crise de 2008 a 2015, uma vez que é impossível gerir e usar instrumentos de gestão que façam a cobertura de risco de 100% dos eventos económicos e sociais possíveis, a não ser que se gerisse os bancos com uma eficiência marginal de capital no intervalo de 0% a 2%. Tal modelo afastaria completamente a alocação de recursos financeiros para a atividade bancária.

As situações de crise anormais, muito longas e cavadas, alteram necessariamente as regras e os comportamentos dos decisores políticos, dos supervisores, dos reguladores, dos agentes económicos e dos decisores empresariais.

Nota 3 — Relatório da EY

Sobre a não qualidade do relatório da EY revejo-me totalmente no que é referido na documentação que o Eng.º Faria de Oliveira entregou à comissão de inquérito.

A Caixa Geral de Depósitos foi criada em 10 de abril de 1876, há 143 anos, e tem sido uma instituição absolutamente fundamental e central na sociedade portuguesa, bem como no desenvolvimento da indústria e da economia portuguesa ao longo destes 143 anos, quase um século e meio. Não há países modernos e desenvolvidos que não tenham e não cultivem instituições fortes e prestigiadas como a Caixa Geral de Depósitos.

Justifico, portanto, a crítica que faço ao relatório da EY em dois domínios e metodologia: um, a conceção e estrutura do relatório; dois, a análise das Operações de Crédito.

Sobre a conceção e estrutura do relatório, gostaria de dizer que um relatório com este teor e âmbito, para ser tecnicamente válido e construtivo, tinha de ter, necessariamente, uma análise de comparação, no tempo, ao longo dos 15 anos, período objeto de análise, nos seguintes itens: normativos internos da CGD comparando com as regras e normativos regulatórios e de supervisão naquele tempo; regras, práticas e modelos de gestão da CGD comparados com os bancos comparáveis do sistema bancário português e com os principais bancos na Zona Euro, pelo menos com os bancos espanhóis; análise comparativa dos custos de risco, imparidades acumuladas e aumentos de capital efetuados pela CGD com os outros bancos comparáveis no sistema financeiro português.

Refiro o sistema financeiro espanhol, por causa da interdependência económica entre as duas economias, concorrência nos mesmos espaços geográficos e bancários, uma vez que todos grandes bancos portugueses tinham operações bancárias em Espanha e de igual modo os bancos espanhóis em Portugal.

Sobre a análise das 25 Operações de Crédito, começo pelo enquadramento para dizer que, como já referi, os administradores e decisores bancários devem estar municiados com os instrumentos de gestão que lhes permitam gerir as crises económicas, as flutuações previsíveis de mercado na fase de crise e depressiva, num ciclo económico normal, acautelando, nesse quadro e cenário, os diferentes tipos de riscos associados às operações de crédito, já referidos anteriormente e que são: o risco de contraparte; o risco de taxa de juro; o risco de volatilidade; e o risco de liquidez.

Neste quadro, a imputação de responsabilidade aos decisores deve acontecer quando as operações não correm bem nas situações adversas económicas dentro da previsibilidade do risco estatístico, num intervalo de probabilidades que cubra 68% a 70% dos eventos e não mais, como já tive oportunidade de referir.

Portanto, aos gestores bancários não se lhes pode alocar responsabilidades provenientes de consequências de uma crise com flutuações de mercado completamente imprevisíveis e fora do radar normal de análise de risco estatística e da análise económica e financeira.

Igualmente não se pode responsabilizar os gestores por alterações posteriores anormais em matéria de risco e comportamento amoral dos mutuários cometendo fraudes contratuais, pois tal risco é do foro da justiça, não da gestão bancária.

Assim como, não se pode alocar totalmente e, sublinho, totalmente, responsabilidades aos gestores e decisores quando estão a decidir num

modelo de probabilidades de decisão condicionadas por um interesse público definido pelo acionista único, ou, num modelo de decisão baseado numa função objetivo com um conjunto de restrições, em que uma delas é muito rígida, ou seja, o mesmo modelo de decisão designado de forma diferente. Obviamente que as tomadas de decisão no quadro deste modelo serão subótimas.

Sobre a matriz de alocação de responsabilidades, definido o enquadramento da análise, se o objetivo era apurar responsabilidades de gestão, então – e não podemos ser ingénuos – um relatório com as características do da EY tem três objetivos, não é só ver se os normativos estão de acordo ou não.

Este tipo de relatório tem, então, três objetivos: ver se uma instituição como a CGD cumpria ou não os normativos, fazendo a comparação com os normativos de supervisão regulatórios na altura; ver a cultura de risco da instituição naquele período; e, depois, fazer a avaliação da gestão da instituição – aliás, foram estes os objetivos que a comissão de inquérito está a seguir.

Portanto, definido o enquadramento e análise se o objetivo era apurar as responsabilidades da gestão, então, a EY deveria ter feito uma matriz de alocação de responsabilidades, considerando a fase depressiva num ciclo económico normal, operação a operação, natureza e estrutura da operação, análise de cada um dos riscos implícitos e grau de cobertura, bem como a subsidiação cruzada entre as margens de segurança e de garantia de cada um dos riscos.

Exemplificando: uma operação de crédito pode ser aprovada com uma margem de segurança bastante confortável no risco de contraparte que, por sua vez, pode acomodar uma margem de segurança menos confortável relativamente aos riscos de volatilidade e de liquidez, dado que cada um

dos riscos e as respetivas margens e garantias de segurança comunicam entre si.

Efetuada e calculada esta matriz poder-se-ia comparar os resultados negativos verificados nas ditas operações e avaliar, deste modo, as diferenças entre os resultados decorrentes das flutuações normais de mercado, estatisticamente expectáveis, dos resultados afetos às flutuações e choques financeiros e económicos anormais, completamente fora do intervalo de variação normal, isto é, das previsões normais.

Fazer esta análise, de forma tecnicamente elaborada, com base nos instrumentos de gestão analíticos existentes, estatísticos, económicos e financeiros, seria bem possível e com uma margem de erro relativamente pequena. E era este tipo de análise que se esperaria de uma empresa de consultoria com o prestígio internacional que a EY tem. Foi pena.

A minha quarta nota diz respeito à cultura de uma política de gestão de risco na CGD. A documentação já entregue à Comissão e os testemunhos já prestados evidenciam bem o *benchmarking* da cultura de risco da CGD face aos comparáveis, designadamente, o facto de a CGD ter sido a primeira instituição a criar uma Direção de Risco autónoma ou independente, no ano de 2000, bem como o facto de a CGD ter sido, talvez, das primeiras instituições a criar o Comité de Imparidades, em 2008, e um instrumento de gestão do PAR (*pricing* ajustado ao risco), em 2010. Com a implementação do PAR, através da gestão da margem financeira ativa e passiva, começou a gerir-se e a monitorizar-se a rentabilidade ajustada ao risco dos ativos e passivos ligados ao crédito, assim como o impacto das operações de crédito na rentabilidade marginal do capital.

Outro ângulo bem relevante na análise da cultura de risco é a comparação dos aumentos de capital na CGD com os respetivos comparáveis, durante o período da crise, de 2008 a 2017, e das alterações regulatórias profundas na exigência dos rácios de capital. Vejamos: a CGD

aumentou, neste período, 6,7 mil milhões de euros o capital, ou seja, 7,5% do ativo, segundo contas de Dezembro de 2018; o BCP aumentou 7,1 mil milhões de euros, isto é, 9,4% do ativo; o BES/Novo Banco aumentou 9,2 mil milhões de euros, ou seja, 24,5% do ativo. E com base nestes aumentos de capital, comparando os rácios de capital/solvabilidade, seja o rácio total de solvabilidade, seja o rácio de *common equity tier 1* (CET 1), na base mais prudente, ou seja, considerando *fully implemented*, verifica-se que a CGD, face ao melhor *peer* em Portugal, e mesmo com a média dos *peers* da Zona Euro, apresenta rácios de capital superiores em 2,7%.

Apresentar rácios de capital acima dos *peers* e acima do melhor *peer* em Portugal, significa, em base comparativa, fundos próprios/capital em vantagem em relação aos comparáveis em cerca de 1,3 mil milhões de euros. Estão aqui, no documento que vos deixo, as contas feitas e penso que estão bem feitas.

Esta vantagem/diferença positiva de capital é igualmente confirmada pelo indicador de qualidade de crédito — grau de cobertura dos NPL (*non-performing loans*), o chamado crédito malparado, por imparidade e grau de cobertura dos NPE (*non-performing exposures*) por imparidade. Na CGD, estes rácios são de 63% e de 62%, respetivamente. E, relativamente a este indicador sobre o grau de cobertura dos NPE/NPL por imparidades, em termos dos melhores bancos comparáveis, até incluindo bancos internacionais, estes rácios de cobertura rondam os 53% e 52%.

Portanto, se ainda ajustássemos o rácio de cobertura dos NPL da CGD ao rácio de cobertura dos melhores bancos comparáveis, concluiríamos que este efeito no capital da CGD seria da ordem dos 550 milhões de Euros.

Para concluir este ponto, se aos 1,3 mil milhões de euros, resultantes da diferença positiva do rácio *common equity tier 1* da CGD, somarmos os 550 milhões de euros resultantes da diferença positiva do rácio de cobertura

dos NPL/NPE, os aumentos de capital na CGD passariam de 6,7 mil milhões de euros para 4,9 mil milhões de euros.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Dá-me licença?

Neste momento, vamos com 22 minutos de audição. O Dr. Jorge Tomé está a cerca de um terço do documento que está a ler, portanto, mesmo não sendo economista, a minha projeção aponta para mais de 1 hora de leitura. Ora, como estas reuniões assentam nas perguntas dos Deputados e não na intervenção inicial, que é meramente introdutória, pedia-lhe que condensasse o resto da sua intervenção, sabendo que o documento foi distribuído e que está na posse dos Srs. Deputados e do Sr. Relator e que, portanto, todos os elementos que está a ler poderão ser por eles utilizados.

Peço-lhe, pois, que conclua a sua intervenção inicial em 2 ou 3 minutos, para darmos início à primeira ronda de questões.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Muito bem.

Só para concluir este ponto, direi quais são as notas e, depois, os Srs. Deputados poderão fazer as perguntas todas que entenderem.

Ainda relativamente a este ponto, sobre a cultura de risco da Caixa, deixo o meu testemunho: sendo a CGD a maior instituição de crédito portuguesa e a mais exposta à economia portuguesa, ao longo dos meus 27 anos de carreira bancária, posso testemunhar que nas operações de reestruturação de crédito transversais a outros bancos no sistema, a CGD era sempre, ou quase sempre, o banco mais bem garantido e não era o banco com maior exposição de risco no sindicato.

Nas notas que ainda tinha aqui, iria desenvolver os seguintes temas: na quinta nota, os procedimentos e regras enquanto administrador na CGD, no tocante aos pareceres técnico-comerciais das direções comerciais e no que respeita aos pareceres de risco; na sexta nota, uma descrição do Banco

de Investimento, de como funcionava e da sua articulação com a CGD; na sétima nota, o caso Grupo Berardo, já aqui muito discutido, e a gestão da redução de exposição de risco ao grupo, em 2008, e reforço significativo de garantias; na oitava nota, no mesmo *dossier* do Grupo José Berardo, a reestruturação da dívida a partir de 2011; na nona nota, a avaliação *ex post* da decisão de gestão tomada no final de 2008 de não execução das garantias relativamente a esse *dossier*; na décima nota, o *dossier* Júpiter/Selenis e as diligências para reforçar as garantias e a execução do penhor; e, na décima primeira nota, os financiamentos garantidos com ações cotadas e financiamentos com conta margem.

Sr. Presidente, apresento as minhas desculpas pelo tempo que demorei.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr. Dr. Jorge Tomé, muito obrigado.

Vamos, agora, dar início à primeira ronda de perguntas dos Srs. Deputados, tendo a palavra, para o efeito, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Dr. Jorge Tomé, se calhar, começaria por um tema que não abordou e que não tem sido, aliás, muito abordado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, embora esteja intimamente ligado com as relações de gestão da Caixa Geral de Depósitos, com a forma como foi gerida, com as suas relações com o poder político e, também, com um ativo estratégico que deu prejuízos à Caixa, que é a Portugal Telecom (PT). Trata-se de um ativo que conhece bem porque foi administrador da Caixa na Portugal Telecom.

A primeira pergunta que lhe faço muito diretamente é: teve conhecimento de pressões, por parte do Grupo Espírito Santo, sobre a Portugal Telecom? Essas pressões estenderam-se ao acionista Caixa?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, pergunta se houve pressões. Como sabe, suponho, nessa altura, eu ainda não era administrador da Caixa. Portanto, se houve essas diligências ou pressões, como lhe chamou, foi entre administrações das respetivas instituições. Mas dou-lhe a minha sensibilidade e o conhecimento que tive dessa operação — obviamente, que eu agia, na altura, como administrador da Portugal Telecom. Confesso que, quando esse processo começou, tinha contactos normais com os representantes do Estado na Portugal Telecom, não senti que houvesse ali qualquer intenção de...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Peço desculpa, peço-lhe só para aproximar um pouco o microfone, para que o possamos ouvir todos melhor.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Muito obrigado!

Como lhe estava a dizer, quando essa operação foi lançada, eu tinha contactos normais no âmbito da PT com os representantes do Estado, da *golden share*, e, sinceramente, não me apercebi que houvesse qualquer pressão do Governo relativamente a essa operação. É o que lhe posso dizer.

Obviamente que esses contactos e diligências, se, porventura, aconteceram, não se iriam dar através de mim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falamos de um momento muito particular, que foi o momento da OPA (oferta pública de aquisição) à PT e há factos, relativamente à gestão da PT em prol do Banco Espírito Santo,

que já são conhecidos. Aliás, já foram avaliados numa outra Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, já não é uma matéria de opinião, é uma matéria de facto. Mas a Caixa também teve uma posição nessa OPA e era importante perceber onde e em que contexto é que ficou definida essa posição.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Essa foi uma decisão da administração da Caixa na altura, não é? A minha intervenção, aí, foi só ter apresentado um relatório de avaliação ao Conselho de Administração da Caixa, na minha qualidade de representante da Banca de Investimento — aliás, foi esse relatório de avaliação que pautou a minha ação como administrador, no meu dever de diligência na PT —, em que apontávamos para um valor por ação da PT entre os 10,5 €, não chegava bem a esse valor, e 11,5 €.

Esse relatório de avaliação foi apresentado em Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e foi, obviamente, um dos elementos de análise que o Conselho de Administração da Caixa, na altura, teve em conta para tomar a sua decisão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E houve contactos entre o Governo e o Conselho de Administração da Caixa relativamente à posição que iriam ter na Portugal Telecom?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, isso não sei. Para já, não fazia parte do Conselho de Administração da Caixa, portanto, não tenho essa referência.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas reunia com o presidente da Caixa Geral de Depósitos, que, imagino, reunisse com o Governo e,

portanto, saberia à partida, se houve conversas sobre esse assunto. Eu nem estranharia que tivesse havido, mas ainda assim seria importante esclarecer.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Enfim, falava amiúde com o Presidente da Caixa, na altura, que era o Dr. Carlos Santos Ferreira, mas relativamente a este ponto, sinceramente, não. Não tenho nenhum registo de termos falado sobre como é que a Caixa iria votar ou não iria votar. Aliás, devo dizer que soube da posição da Caixa no próprio dia...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma coisa que sempre me surpreendeu na posição da PT, na OPA, que foi o facto de o preço que a PT oferecia até poder ser ligeiramente superior, mas vir à custa de uma descapitalização, depois, da própria Portugal Telecom, de tal forma era generoso o plano de compensação aos acionistas.

Essa questão nunca foi colocada, uma vez que era administrador da PT, do ponto de vista dos interesses da PT e não apenas do ponto de vista dos interesses financeiros das acionistas?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, vou responder na qualidade de administrador da PT e tendo em conta o dever de diligência a que estava obrigado, nessa qualidade.

Na avaliação que eu próprio tinha feito, com base num relatório do CaixaBI, o valor por ação da PT oscilava entre os tais 10,5 € e os 11,5 €. Tive oportunidade de, em várias conversas bilaterais com o presidente executivo da PT sobre esta matéria, dizer-lhe o seguinte: se o valor de oferta — hoje já posso dizer isto — atingisse os 11 €, a minha posição no Conselho e Administração da PT seria favorável à OPA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Chegou a atingir esse valor ou ficou pelos 10,5 €?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Ficou nos 10,5 €.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, entendeu que não era um bom negócio?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Estava no limiar, no ponto mínimo do intervalo e, portanto, para mim não seria suficiente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o impacto que isso deixou na PT não foi uma preocupação?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, aconteceram muitas coisas na PT. Para isso tínhamos de fazer a avaliação do impacto da PT da proposta do oferente *vis-à-vis* e o que depois aconteceu na PT. Tínhamos de fazer essa avaliação e eu acho que a avaliação nunca foi bem feita.

A PT tinha uma política muito agressiva, do meu ponto de vista, de distribuição de dividendos, mas também era muito próprio das telecons, na altura. Estavam muito alinhadas com uma política de distribuição bastante agressiva. A minha ideia é a de que os *payouts* andavam pelos 55 ou 60%.

Depois, também tinha uma política, mas que fazia parte da estratégia da PT no mercado de capitais, de fazer o chamado *pushing* da cotação, através de compra de ações próprias, etc. Era, na altura, uma política muito orientada para o mercado de capitais.

É evidente que, depois da OPA, surgiu uma proposta, que, enfim, já se falava no passado — aliás, também fazia parte, de certa forma, da

proposta de valor do oferente na OPA —, o eventual interesse da Telefónica na operação da Vivo, no Brasil.

A Telefónica, a seguir à OPA, fez, de facto, uma proposta muito, muito boa à PT para compra da Vivo, muito acima de qualquer avaliação que tínhamos relativamente à Vivo.

Portanto, decidiu-se vender a Vivo à Telefónica, o que depois gerou um dividendo extraordinário pelos acionistas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Essa é outra história.

Uma outra pergunta que também tem a ver com o acionista da PT e que, surpreendentemente, não encontramos na Caixa, que é a Ongoing. Alguma vez teve conhecimento de pedidos de crédito da Ongoing à Caixa Geral de Depósitos?

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — O Dr. Jorge Tomé informa-me que pretende responder a esta questão mas, porque se trata de sigilo bancário, será à porta fechada, o que vai acontecer imediatamente antes do fim da reunião.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.

O que nos permite passar, então, para o projeto da La Seda e da Artlant em que teve uma participação bastante ativa.

Quando é que este projeto lhe foi apresentado e por quem é que lhe foi apresentado?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Este projeto foi-me apresentado numa reunião no CaixaBI em 2006, suponho que em maio de 2006, pelo Grupo Imatosgil.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o projeto era para uma participação da Caixa com o Grupo Imatosgil para controlar La Seda ou era um crédito... Bem, se fosse um crédito banal não iria ao CaixaBI, provavelmente.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, não era uma operação de crédito, era uma operação de participação de capital.

O que o Grupo Imatosgil veio apresentar ao CaixaBI, na altura, foi o provável projeto de Sines, primeiro foi a Artenius e depois a Artlant. Sinceramente, na altura, eu não conhecia a La Seda, embora fosse uma empresa grande espanhola, mas a La Seda, que era uma empresa grande de referência na área do PET e do PTA, tinha um grande projeto, uma refinaria de PTA — o PTA é matéria-prima do PET — e um dos sítios possíveis que estava a ser discutido no âmbito da La Seda seria Sines.

Era, pois, importante que houvesse um grupo português forte na La Seda, em sede do seu próprio conselho de administração, para influenciar que a decisão desse projeto fosse em Sines e não noutros sítios possíveis.

Portanto, a operação foi apresentada dessa forma. A Caixa deveria fazer um investimento de 5% no capital da La Seda para, conjuntamente com o Grupo Imatosgil que já tinha 10 ou 11 ou 12%, em sede de conselho de administração da La Seda, tornarmos possível que a decisão fosse para Portugal e não para outros sítios.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi a avaliação que fez desse projeto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — O que eu disse ao Grupo Imatosgil, na altura, foi o seguinte: primeiro, o CaixaBI não tinha qualquer competência para estar a aprovar operações de capital nem em Portugal e muito menos em Espanha. Nós também não conhecíamos o projeto, como é óbvio, mas, pese embora a valia económica que pudesse ter a refinaria de PTA, em Sines, não fazia nenhum sentido que a Caixa fosse fazer um investimento em Espanha — 5% — para tornar possível que uma empresa espanhola decidisse o investimento em Portugal. Para nós, isso não fazia sentido, independentemente do valor da La Seda e do projeto de Sines ou do projeto PTA. Foi a nossa opinião nessa reunião.

De qualquer forma, essa decisão não era uma decisão que o CaixaBI tivesse qualquer competência para a tomar. Portanto, a reunião acabou aí.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que acabou por tomar a decisão?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Recebo a comunicação não sei se do Dr. Maldonado Gonelha, se do Dr. Santos Ferreira — francamente, já não me lembro —, que me dizem que o potencial projeto de Sines era muito importante para Portugal, era um projeto infraestruturante e que, portanto, o CaixaBI deveria estudá-lo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Apesar desse afastamento inicial, quando deram indicação para que o CaixaBI estudasse o projeto, alguma vez lhe disseram que o projeto tinha, de alguma forma, apoio político, que era um projeto politicamente importante por causa de uma estratégia de política industrial..., enfim, do que for?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não sei se foi exatamente nessa primeira conversa, mas, a seguir, houve várias conversas sobre o assunto, houve reuniões, o assunto foi estudado. Obviamente, estudámos a La Seda e o projeto de Sines, pedimos informação para o fazer. Depois, agendámos o assunto para o Conselho de Investimentos do Capital de Risco da Caixa Geral de Depósitos, onde o mesmo foi debatido.

O nosso primeiro parecer foi de recomendação de não investir, mas o Conselho decidiu que o projeto era, de facto, muito importante para Portugal, era um projeto infraestruturante a toda a cadeia de valor de Sines, pelo que sugeriam que a Caixa Capital e o CaixaBI estudassem o projeto com mais profundidade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quando estudou o projeto com mais profundidade mudou a opinião ou manteve a opinião de que projeto era inviável ou que fazia pouco sentido?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Repare, olhando para a La Seda e para o projeto de Sines — projeto de Sines que ainda não era Sines, era um projeto —, todos os estudos técnicos de que tivemos acesso...

Bem, começemos pela La Seda. A La Seda era, na altura, uma empresa crescente, estava a crescer, tinha todos os indicadores económicos e financeiros razoavelmente bons, era uma empresa que tinha uma posição no mercado internacional do PET e do PTA, principalmente no mercado europeu, muito relevante. Nessa matéria, não tínhamos nada apontar relativamente à La Seda.

Relativamente ao projeto de Sines, tivemos, depois, conhecimento de que o projeto poderia ser objeto de ser qualificado como projeto PIN e, de facto, todos os estudos técnicos relativamente ao projeto de Sines eram francamente muito favoráveis. A nossa reserva aí era mais de política de

investimentos, que não compete ao CaixaBI nem à Caixa Capital porque, em matéria de fundos de capital de risco, os fundos são da Caixa Geral de Depósitos — Caixa Geral de Depósitos, que é o investidor... Portanto, Caixa Capital e Banco de Investimentos têm de se pronunciar sobre a qualidade e a bondade técnicas dos projetos, não têm de se pronunciar sobre a política de investimento que a Caixa como investidor dos fundos de capital de risco pretende fazer.

Portanto, a única questão que levantámos teve a ver com a política de investimentos, mas a política de investimentos, como refiro, não é da competência do CaixaBI nem da Caixa Capital. A questão que se punha era a de saber por que razão investir numa empresa em Espanha para, eventualmente, trazer um projeto para Portugal. Então, se tivesse de ser assim, deveríamos fechar a operação, ou seja, a Caixa investia em Espanha os tais 5%, mas, automaticamente ou antes de executar essa operação, devia fechar-se a decisão de trazer o projeto para Sines.

Foi-nos comunicado, na altura, suponho — não me lembro, já foi há tantos anos —, que víssemos isto com o Grupo Imatosgil. De facto, tentámos ver se era possível trazer o projeto para Portugal e fecharmos a operação. Muito bem, a Caixa investia 5% na La Seda, mas tinha uma outra ponta e ela tinha de ser fechada. Caso contrário, seria uma participação de capital, aquilo a que chamo «imparidade aberta». As operações de imparidade aberta são operações que têm risco, não são fechadas.

Depois, chegámos à conclusão de que não era possível fazer isso e eu próprio verifiquei, porque fui indicado pela Caixa Geral de Depósitos para ser o administrador na La Seda, que a decisão de trazer o projeto para Sines era num sítio possível, mas nem era o mais provável.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E como é que se tornou possível, não sendo provável, mesmo depois de a Caixa já ter injetado dinheiro na La Seda?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, exato, essa é uma boa questão.

O conselho da La Seda, na altura, não sei se tinha 11 pessoas, ia variando... A La Seda era uma empresa um pouco — vou dizer isto aqui, mas enfim — do regime catalão, quer dizer, era uma empresa de referência na Catalunha.

Tinha um conjunto de investidores institucionais catalães, tinha um Conselho de Administração muito dominado, dentro da cultura espanhola de *governance*, pelo presidente. O presidente era uma pessoa com muita influência na Catalunha e tinha, de facto, uma relação com os acionistas catalães muito, muito, estreita.

É evidente que o Presidente estava algo comprometido para trazer o projeto para Portugal. Eu senti isso quando se adquiriram as ações da La Seda, etc. — e tive uma ou duas reuniões com o presidente da La Seda.

Portanto, ele próprio estava interessado em trazer o projeto para Portugal. Mas, no seio do Conselho de Administração da La Seda, a maioria dos administradores — ou dos conselheiros, como eles lhes chamam —, não tinha exatamente a mesma opinião, portanto, o sítio mais provável era um sítio em Espanha chamado Tarragona, depois havia outros.

Para tornar esse objetivo possível, surge depois a operação da Selenis. As coisas estão ligadas para reforçar a posição do Grupo Imatosgil dentro da La Seda, e surge também uma decisão do Conselho de Investimentos, no âmbito de capital de risco, para a Caixa reforçar a posição na La Seda, para, assim, os grupos portugueses membros Caixa e Grupo Imatosgil... O Grupo Imatosgil já tinha uma relação com a La Seda

há muitos anos e, enfim, era um grupo que, nessa área industrial, tinha muita experiência, criando um bloco acionista muito maior dentro da La Seda, um bloco português, e forçar que a decisão fosse, de facto, tomada em Portugal. Quer dizer, que o projeto viesse para Portugal. E isso foi conseguido no final de 2008.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — 2006!

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não, não! Isto foi conseguido no final de 2007.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas isto quer dizer que, quando o negócio foi apresentado, esta necessidade de nova entrada de capital, por parte da Caixa, e de financiamento do Grupo Imatosgil através da Selenis não estava já prevista? Ou seja, não estava previsto este início, em que a Caixa teria de financiar uma posição maioritária dentro do capital da La Seda? Isto aparece depois para conseguir concretizar aquilo que tinha sido a ideia inicial?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não, isso não estava previsto, de todo. De todo, não estava previsto.

Na altura, quando a questão se levantou, foi no sentido de ter uma participação de, pelo menos, 5% na La Seda, conjuntamente com o Grupo Imatosgil, dado que o Grupo Imatosgil tinha uma relação umbilical — chamemos-lhe assim — com a La Seda e com uma influência dentro da La Seda, havendo já algum compromisso do próprio presidente da La Seda em trazer o projeto para Portugal e, portanto, as coisas correriam normalmente.

De facto, não foi assim. Quando tomei posse e fui administrador da La Seda constatei, assim como os representantes do Grupo Imatosgil, que a hipótese de Sines era uma hipótese, mas não era a hipótese mais provável.

Por outro lado, a La Seda, em 2007, definiu, na sua estratégia, dar prioridade a outro tipo de investimentos, não ao projeto PTA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nomeadamente à compra de empresas, algumas delas do Grupo Imatosgil?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não, Sr.^a Deputada. Acho que a compra das empresas do Grupo Imatosgil ocorreu antes.

A La Seda, na altura, comprou um conjunto de empresas. Bem, para já, comprou um grande grupo europeu, que era um grupo muito importante, muito rentável na altura, que é o Grupo Amcor, que era um grupo que fazia pré-formas de PET.

Antes disso, concretiza as aquisições de uma empresa chamada Eastman, em São Roque, a 2 de maio de 2007, uma fábrica em Cádiz, por um preço de 38 milhões de euros, que era uma refinaria de produção de 170 000 toneladas de PET.

Faz esta aquisição e, depois, faz a aquisição do Grupo Amcor, que era um grupo australiano de PET, líder no mercado europeu de pré-formas com este produto químico. Era, de facto, um grupo muito importante.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deixe-me só concluir uma coisa.

O Grupo Imatosgil induziu a Caixa em erro quanto à possibilidade do investimento em Sines, quando apresentou, inicialmente, o projeto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não posso inferir isso, de todo. Não. Penso que não. Acho que o Grupo Imatosgil, quando abordou a Caixa para fazer este projeto, este investimento na La Seda, estava perfeitamente convencido que, tendo a Caixa 5% e a posição de capital que eles já tinham, era possível, normalmente, trazer o projeto para Portugal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Selenis é constituída pelo Grupo Imatosgil para controlar uma parte superior da La Seda. Correto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Exato. A Selenis pertence ao Grupo Imatosgil e, portanto, na prática, era o Grupo Imatosgil a reforçar a sua posição na La Seda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei se teve oportunidade de assistir à audição do Dr. Matos Gil, nesta Comissão de Inquérito, que se deu a um enorme trabalho para nos convencer de que a Selenis não lhe pertencia, que não tinha a maioria do capital, que não tinha nada a ver com a empresa e que, na realidade, era Presidente do Conselho de Administração por uma questão de sorte, quase.

Para já, queria perguntar-lhe se confirma esta afirmação e se tinha conhecimento de que o Grupo Imatosgil vendeu a Selenis antes de pagar a dívida à Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, vamos à primeira questão.

A informação que o CaixaBI tinha na altura, de facto, era de que a Selenis era uma empresa do Grupo Imatosgil.

A Selenis tinha como acionistas uma empresa chamada Selenis Control SGPS e uma empresa chamada Control PET SGPS. A Selenis

Control SGPS tinha, por sua vez, 53,8% da Control PET SGPS e a Imatosgil SGPS tinha 100% da Control PET SGPS.

Não tenho a informação destes dois acionistas pertencentes, obviamente, ao Grupo Imatosgil, e de qual era a repartição de capital entre os dois. A informação que o CaixaBI tinha na altura — e que lhe foi dada, obviamente, pelo Grupo Imatosgil — é que o Grupo Imatosgil controlava a Selenis SGPS em 71,6%.

Depois, há aqui uma série de participações cruzadas, com fundos, mas em que o Grupo Imatosgil também tinha participações nos próprios fundos, etc.

Portanto, esta informação que o CaixaBI tinha parece-me perfeitamente exata.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Recordo só a segunda parte da questão.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Ah sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E farei mais duas questões — para terminar, uma vez que o tempo de que disponho já chegou ao fim — que estão interligadas. A primeira é...

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Ah, a Sr.^a Deputada perguntou se tínhamos conhecimento. Não tínhamos conhecimento disso. Trago aqui uma informação — está aqui, depois, na minha comunicação, podemos explorar isso — sobre diligências que foram feitas pelo CaixaBI, quando o rácio de cobertura começou a estar abaixo do que estava previsto no contrato.

De facto, ao longo de muitos meses, houve troca de correspondência entre o CaixaBI, já que, na altura, o Caixa BI era o agente do contrato por conta da Caixa Geral de Depósitos.

E posso dar-lhe, aqui, só para ter uma noção...

No dia 9 de janeiro de 2008, quando o rácio de cobertura baixa dos 100%, o CaixaBI notifica — já tinha notificado antes, porque o limite mínimo do rácio, o *trigger*, era 125% —, isto é, faz nova notificação informando a posição do rácio de cobertura e a solicitar o reforço de garantias ou o reembolso de 35,3 milhões de euros, de forma a cumprir o rácio dos 135%.

No dia 11 de fevereiro, há um depósito, da parte do Grupo Imatosgil, de 35 000 ações do Santander para reposição do rácio.

No dia 15 de fevereiro de 2008, há uma nova notificação do CaixaBI, informando que o rácio estava em 93,8%.

No dia 4 de março de 2008, há mais um *fax* do CaixaBI, a notificar que o rácio de cobertura estava em 84,7%.

No dia 13 de março de 2008, há a cerimónia oficial de lançamento da primeira pedra do arranque da refinaria de Sines.

No dia 24 de junho, há uma proposta da Selenis, relativamente ao incumprimento do rácio de cobertura, com a contrapartida do aval solidário da família Matos Gil, da Ibersuizas, que era um fundo de capital de risco, uma *private equity*, com a participação do Grupo Imatosgil de 13%, e do reforço da conta de reserva do serviço da dívida. Portanto, eles disseram: «Ok, nós queremos reforçar as garantias, damos o aval solidário, etc.». Esta proposta acabou por não ser concretizada pelo Grupo Imatosgil.

No dia 28 de julho de 2008, há uma nova proposta do Grupo Imatosgil, invocando a impossibilidade do aval solidário da Ibersuizas. E, em alternativa, propõe o aval da Imatosgil SGPS de 10,3 milhões de euros, mais o penhor de 960 000 ações da La Seda detidas por um fundo também

com participações do Grupo Imatosgil, chamado Paul Capital, mais o penhor de uma conta provisionada em 700 000 €, provenientes de um veículo da família Matos Gil, mais o penhor da Selenis SGPS e restante Grupo Selenis, no valor de 15 milhões de euros, mais o penhor de 60% da Dédalo Grupo Gráfico. Era um grupo gráfico da Ibersuizas e da Prisa.

Todo este conjunto de garantias, que totalizava 38,7 milhões de euros, permitia uma cobertura de 105%.

No dia 1 de agosto de 2008, há uma carta da Selenis a confirmar a possibilidade de reforço de garantias, em seu nome e dos acionistas — Imatosgil, Control PET, Selenis Control, Baring I, Baring II, Creatia, Indworld, Paul Capital, Ibersuizas e Medispace. Este reforço de garantias era, principalmente, constituído em Espanha.

Toda a documentação foi preparada juridicamente. Não obstante todas as diligências efetuadas, nunca foi mostrada disponibilidade para constituição das garantias.

No dia 7 de novembro de 2008, numa reunião no CaixaBI, foi confirmada por dois representantes da Selenis — não me pergunte quem foram, porque eu não sei — a indisponibilidade para constituição das garantias prometidas.

No dia 13 de novembro de 2008, a CGD aprova a proposta do CaixaBI de execução das garantias existentes, quer eram as ações da La Seda mais o Grupo Selenis.

No dia 14 de janeiro de 2009, um ano depois, a Selenis entra em incumprimento no pagamento de juros.

No dia 5 de junho de 2009, há a suspensão provisórias das ações da La Seda, por causa da situação da La Seda.

No dia 2 de julho de 2010, é retomada a negociação das ações da La Seda na bolsa.

No dia 5 de julho de 2010, instaura-se a execução judicial contra a Jupiter SGPS — a Selenis tinha passado a ser Jupiter — e procede-se à venda de 68 milhões de ações.

Portanto, é isto: o CaixaBI, que era o agente do contrato, fez todos os esforços e diligências possíveis para haver um reforço de garantias. Por outro lado, o Grupo Imatosgil, ao longo do tempo, mostrou-se sempre disponível para reforçar garantias, nunca, no entanto, as concretizando, até que no dia 7 de novembro de 2008 comunica definitivamente que não tem disponibilidade para dar as garantias.

Em dezembro de 2008, o Grupo Imatosgil desiste, sai da La Seda, tendo-se demitido o último administrador no dia 17 de dezembro de 2008.

Tentando entender o comportamento do Grupo Imatosgil, em dar e não dar as novas garantias, acabando por sair da La Seda, penso que tem a ver sobretudo com a queda abrupta do valor do PET no mercado, com a situação da La Seda derivada disto, no final de 2008, a forte exposição que o Grupo Imatosgil tinha à La Seda e ao setor industrial do PET e PTA. Isto já são suposições minhas mas o historial é este.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, do CDS-PP.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Dr. Jorge Tomé, que já nos deixou aqui uma cronologia. No entanto, gostava de, no caso da Artenius/Artlant/La Seda, começar pelo princípio, porque há aqui algumas coisas que acho que têm de resultar claras na cronologia.

A primeira reunião em que estive e ouviu falar deste projeto foi da iniciativa de quem? Percebi bem quando disse que foi da iniciativa do Dr. Maldonado Gonelha e do Dr. Santos Ferreira?

Gostava de perceber isto porque o que nos disse o Dr. Matos Gil aqui foi que tinha sido feito um investimento, que a La Seda tinha adquirido uma empresa que tinha um projeto, que estava, aliás, a ser acompanhado pela API ou pela AICEP, e que, no seguimento do interesse do Estado português por esse projeto, ele tinha sido convidado. Aquilo que percebi do que ele disse foi como se quase não houvesse interesse do Grupo Imatosgil. O que quero perceber é com quem e a pedido de quem foi feita esta primeira reunião.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, muito boa tarde.

Essa reunião teve lugar no CaixaBI, suponho que em maio de 2006, a pedido do Grupo Imatosgil.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E com quem foi?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Se a memória não me falha, foi com o Dr. Manuel Matos Gil, foi com o Prof. Freire de Sousa e com o Dr. Nuno Gaioso.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E a proposta do Grupo Imatosgil era para participar na La Seda, tinha a ver com a construção da fábrica em Sines ou era para as duas coisas ao mesmo tempo?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, as duas questões estão interligadíssimas.

Mas, indo um bocado atrás na minha resposta de há bocado, o facto de ter sido o Grupo Imatosgil a pedir a reunião ao Caixa BI para falar deste assunto não quer dizer que não houvesse já reuniões do Grupo Imatosgil com o Governo. Essa informação foi carregada para aqui pelo Dr. Matos Gil,

o que eu desconhecia totalmente, devo dizer. Mas tudo aquilo fez sentido, para mim.

Indo agora à sua pergunta em concreto, diria que o que o Grupo Imatosgil nos comunicou ou solicitou nessa reunião foi exatamente isto: fazer uma participação de capital na La Seda, porque havia um projeto muito importante para Portugal, para Sines, que teria um efeito muito estruturante porque era uma refinaria. E lá nos explicou como funcionava a questão do PET e do PTA.

Portanto, o objetivo era fazer um investimento de capital no capital da La Seda para influenciar a decisão do grupo português no seio da La Seda para trazer o projeto para Portugal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, o investimento no capital era para influenciar a La Seda, não garantia que a La Seda trouxesse o investimento para Portugal?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Exatamente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E qual foi a primeira resposta do CaixaBI?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — O CaixaBI respondeu, concretamente a minha pessoa — mas não estava sozinho, felizmente — ...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem estava, nesse caso?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Estavam mais dois ou três colegas comigo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Lembra-se de quem?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — O Gonçalo Botelho, o Jorge Cardoso também estaria e, talvez, o Francisco Verdasca.

O que dissemos foi o seguinte: independentemente do valor da La Seda, independentemente do valor do projeto que poderia vir eventualmente para Sines e de toda a sua valia económica, que não conhecíamos, obviamente, dissemos duas coisas: primeiro, essa não era uma decisão para ser tomada no CaixaBI e, segundo, como era nosso timbre, dávamos a opinião sobre a natureza das operações e não me parecia razoável que a Caixa fosse fazer um investimento de capital numa empresa industrial fora de Portugal para, eventualmente, trazer um projeto para Sines. Quanto muito, teríamos de fechar a operação toda.

Se a La Seda fosse uma empresa equilibrada — que não conhecíamos —, se o projeto de Sines fosse um projeto válido, então, poderia fazer algum sentido a Caixa fazer um investimento na La Seda, mas fechando a operação de Sines, sendo uma operação quadrada e não uma operação de imparidade aberta.

De toda a forma, essa decisão não era da competência do CaixaBI, nem do Caixa Capital, era um assunto que teria de ser visto na Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E este assunto foi debatido no Conselho de Investimentos ou não?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Bastante.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Neste ano de 2006?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E houve posições divergentes no Conselho de Investimentos?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — No Conselho de Investimentos, o Caixa Capital e o CaixaBI tiveram a posição que está retratada, de certa forma, no parecer técnico, e esta questão de fundo — chamo-lhe questão de fundo porque tem a ver com a política de investimentos — foi obviamente sublinhada.

Portanto, não me lembro de a Caixa — pode ter acontecido mas não me lembro — ter feito um investimento de capital numa empresa industrial fora de Portugal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Para além deste?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sim, não me lembro de outro.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Também disse há bocadinho que, a determinado momento, foi sugerido que o assunto fosse estudado com mais profundidade. Percebi bem?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quem é que fez esta sugestão para que o assunto fosse estudado com mais profundidade?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Só para lembrar a composição, o Conselho de Investimentos do Capital de Risco era composto pelo

presidente da Caixa, pelo vice-presidente, pelos administradores do Caixa Capital, pelo presidente do CaixaBI e pelo Prof. Vasco Orey, que, digamos, representava a Direção de Gestão de Risco e que, por sua vez, também era administrador do Caixa Capital como não executivo.

O que nos foi dito foi que este era, de facto um projeto muito relevante, muito infraestruturante para Portugal, e, portanto, devíamos fazer todos os esforços para o trazer para Portugal.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, neste Conselho, temos o presidente da Caixa, o vice-presidente da caixa, os administradores do Caixa Capital, o Professor Vasco Orey e o Sr. Doutor. O que estou a perguntar é quem transmitiu que havia aqui um projeto muito relevante para Portugal, sugerindo que fosse estudado com mais profundidade, o que, para mim, com toda a franqueza, é um eufemismo para dizer que o Caixa BI devia mudar de posição e que o investimento devia ser feito. Naturalmente que esta já é a minha interpretação.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Essa posição foi tomada pelo presidente da Caixa e pelo vice-presidente da Caixa.

O CaixaBI mudar de posição... Não é tanto mudar de posição. Ou seja, a questão que o CaixaBI e o Caixa Capital levantaram foi relativamente à política de investimento, que não é uma matéria técnica, é uma matéria de quem decide a política de investimento, que é a Caixa Geral de Depósitos.

Relativamente à bondade técnica, à qualidade da La Seda na altura e ao projeto do PTA em Sines — e aí já tínhamos muita informação, tínhamos um *dossier* bastante bem estudado —, portanto, quanto à informação técnica e a qualidade técnica, não havia nada a apontar em desfavor.

A questão relativamente ao investir na La Seda não era uma questão técnica, nem era uma questão técnica o vir a participar num projeto de PTA em Sines. Os critérios técnico-económicos estavam cumpridos e observados. O problema que se punha era um problema da natureza da operação, que tinha a ver com a política de investimentos. E essa é uma matéria que compete ao dono do dinheiro, que neste caso era a Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Resumindo: no Conselho de Investimentos, o presidente da Caixa e o vice-presidente da Caixa exprimiram a opinião de que, não havendo um problema técnico com o investimento na La Seda mas tendo o CaixaBI levantado a questão de se seria razoável a Caixa Geral de Depósitos andar a fazer investimentos de capital numa empresa espanhola para abrir a possibilidade, mas sem nenhuma garantia, de ser feito um investimento teoricamente estrangeiro mas que não o era na realidade, pois era já depois de a Caixa ter feito um investimento de capital nesta empresa, foi expresso pelo presidente e pelo vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos o entendimento de que sim, do ponto de vista não técnico mas do da decisão, fazia sentido a Caixa Geral de Depósitos investir na La Seda. Entendi? É isto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Exato. Dado o interesse nacional do projeto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos requerer as atas desde Conselho de Investimentos porque é vital conhecer exatamente em que moldes é que estas discussões se passaram.

Agora, passando à frente, diria que há um determinado momento em que é feito o investimento, em 2007, e também há o momento em que é

feito o empréstimo à Selenis para que, por sua vez, aumentasse a sua participação de capital na La Seda. É assim?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Portanto, o investimento de capital na La Seda é feito em 2006, no final de 2006, num aumento de capital que a La Seda estava a fazer, que foi liderado e tornado firme pelo Santander, na altura,...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E outro pelo Deutsche Bank?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não, não o Deutsch Bank é outro assunto.

Portanto, nesse aumento de capital, depois da decisão do Conselho de Investimentos, o Caixa Capital comprou 5% do capital da La Seda. Isto em 2006.

Com essa participação de capital, a Caixa tinha direito a ter um administrador na La Seda. Fazia parte do acordo com o presidente da La Seda, já no sentido de também influenciar, juntamente com os administradores, representando o Grupo Imatosgil para reforçar, digamos, dentro do Conselho de Administração da La Seda a posição do Grupo Imatosgil e da Caixa, isto em 2006.

De facto, em 2007 constatamos que as prioridades estratégicas de investimento da La Seda não era tanto projeto PTA, mas eram outros projetos. Nunca puseram em causa, obviamente, o investimento PTA, mas o que se discutia muito era o sítio.

Portanto, nessa sequência e para reforçar a posição do «grupo português» na La Seda é que houve o financiamento do Grupo Imatosgil através da Selenis para reforçar a sua posição na La Seda e depois a própria decisão de os fundos de capital de risco, o capital de risco da Caixa subir a posição de 5% para 7%. Isso já foi em 2007, sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tanto quanto sei, já foi em julho de 2007?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sim, a questão da Selenis. Depois havia uma discussão relativamente a fazer-se um acordo...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É isso que lhe ia perguntar: quando é que «casaram» as participações, a Caixa Geral e o Grupo Imatosgil?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Aquilo arrastou-se porque não havia total consenso entre nós relativamente a esse acordo. Portanto, a decisão do Conselho de Investimentos acaba por ser, suponho, em novembro para se fazer uma espécie de veículo ao Grupo Imatosgil para aparecer de uma forma mais concertada no seio da La Seda. Essa decisão do Conselho de Investimentos já em novembro de 2007 e o reforço que o Grupo Imatosgil faz através da Selenis é por meio desse financiamento dos 115 milhões de euros, que depois só foram utilizados em 2007.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas depois, muito poucos meses após novembro de 2007, há a tal cerimónia da primeira pedra. Finalmente chegamos à construção da fábrica, mas, nessa altura, já as coisas estavam a correr muito mal dentro da La Seda.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não, isso não é verdade.

Aquando do arranque da refinaria em Sines, nós tínhamos algumas dúvidas sobre os *reportings* financeiros que nos eram feitos nos conselhos

de administração da La Seda relativamente à relação entre as vendas e a conta de clientes, etc. Portanto, levantámos dúvidas sobre isso.

A qualidade da informação que era disponibilizada ao Conselho não era uma qualidade que eu diria muito boa, não era. Mas, de acordo com os *reportings* financeiros que eram facilitados aos conselheiros, no final de 2008 levantámos algumas questões sobre a relação e evolução das vendas face ao histórico e face ao andamento da empresa em 2007 e a respetiva relação com a conta de clientes, etc., portanto já são questões mais pormenorizadas e levantámos algumas dúvidas sobre as contas nesse domínio.

Nos conselhos, que tinham uma periodicidade mensal ou de dois em dois meses, foi dito que tinham vendido umas licenças tecnológicas por um valor muito significativo. Estamos a falar de 100 milhões de euros de venda de licenças tecnológicas e isso, de facto, tocou algumas campanhas e levantámos algumas dúvidas relativamente a esse aspeto particular. Não era tanto a questão da La Seda. Como disse, o conselho da La Seda era muito dominado pelo presidente na sua relação com os acionistas catalães e, portanto, era isto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Houve alguma reunião em que tenha estado com o Dr. Matos Gil e com alguns outros administradores e com o Dr. Faria de Oliveira, na qual teria sido alertado para a situação difícil na La Seda — não sei se «difícil» é a expressão —, mas para o facto de haver razões para graves preocupações?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não. Havia uma intenção do Grupo Imatosgil de ter um controlo maior sobre a La Seda, isso é indiscutível. E havia reservas do Grupo Imatosgil relativamente à orientação da gestão da La Seda. Nós, por sua vez, tínhamos algumas questões também sobre a

orientação ou a qualidade da informação de gestão, etc., da La Seda. E foi solicitada uma reunião — que o Dr. Matos Gil referiu aqui e que está certa — em Madrid, já não sei exatamente quando, se foi em março, isto já em 2008.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Desculpe, já em...

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Em 2008.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em março de 2008?!

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Enfim, admito... Foi no princípio de 2008.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas a primeira pedra não é também, mais ou menos, nessa altura?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sim, sim. É solicitada uma reunião em Madrid com o presidente da La Seda, em que estão representantes da Caixa Capital. Eu não estive presente nessa reunião, mas suponho que o Dr. Matos Gil também estivesse presente — aliás, ele referiu isso aqui —, em que o presidente da La Seda é questionado sobre as contas e sobre a orientação estratégica da La Seda. Acho que não foi uma reunião muito fácil nem muito agradável, mas aconteceu, de facto, essa reunião.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E há algum momento em que o presidente da Caixa, já então o Dr. Faria de Oliveira, tenha decidido que não era boa ideia a Caixa retirar-se ou pôr algumas reservas em relação à La Seda por ser uma empresa relevante na Catalunha?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Ora bem, não sei se o Eng.º Faria de Oliveira esteve presente nessa reunião ou não, isso não posso confirmar. Tenho uma ideia de que houve uma reunião na Caixa Geral de Depósitos, sendo eu já administrador da mesma, com o Grupo Imatosgil, designadamente com o Dr. Manuel Matos Gil.

Não sei se o Eng.º Faria de Oliveira estava presente ou não, mas depois da reunião de Madrid, eu debati esse assunto com ele, porque o Grupo Imatosgil pretendia ter uma política de confrontação no sentido de vir a substituir o presidente da La Seda, etc., etc., etc. Portanto, obviamente que este assunto foi discutido entre mim e o Eng.º Faria de Oliveira e chegámos à conclusão, muito fácil, aliás, que isso seria um *nonsense* total, porque não era possível a Caixa, associada ao Grupo Imatosgil, o qual, aliás, nessa altura, como sabemos, já estava em incumprimento no rácio das garantias.

Portanto, não seria, de todo, possível nem sensato que a Caixa, juntamente com o Grupo Imatosgil, fosse ter uma política de confrontação ou de eventual destituição do conselho de administração da La Seda. Para já, não tínhamos, sequer, força para fazer isso e, depois, era insensato. Atendendo à relação que havia entre o presidente da La Seda e os acionistas catalães, isso só era possível com uma OPA à La Seda e, depois, tínhamos uma guerra com todos os acionistas catalães e, por outro lado, o Governo português queria, obviamente, o projeto em Sines, que já tinha arrancado.

Como tal, isso não fazia sentido nenhum. E eu transmiti ao Dr. Matos Gil, nessa reunião na Caixa, que, pese embora as dúvidas que podia haver relativamente à orientação estratégica da La Seda e algumas dúvidas sobre as contas da La Seda, nessa altura, não era, de todo, possível enveredar por esse caminho. Não fazia sentido. O Grupo Imatosgil não

tinha capacidade financeira para fazer a OPA e a Caixa de certeza que não a ia fazer. Nós, a Caixa, na relação com o Governo português, no que estávamos interessados era que o projeto de Sines corresse bem, portanto não íamos criar uma guerra dentro da La Seda porque não fazia sentido.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como já estou a chegar ao final do tempo de que disponho, vou fazer várias perguntas de seguida, porque acho muito importante para esta Comissão perceber bem cada passo deste processo, uma vez que ele tem muitas voltas e muitos investimentos e muitos contra investimentos.

Estamos neste passo, algures em 2008, e o que quero saber é quando comunicaram, então, ao Dr. Matos Gil que não era possível ou que a Caixa entendia que não se devia seguir esta estratégia de confrontação dele; quando é que perceberam que estas dúvidas que havia sobre as contas eram dúvidas mais do que fundadas e que, de facto, havia um problema seríssimo na administração da La Seda; se é verdade — tendo em conta o que entendi do que aqui transmitiu o Dr. Matos Gil — que a determinado momento ele disse à Caixa Geral de Depósitos «o melhor é sairmos, este investimento já não faz sentido» e que ele próprio se retirou.

Por último, disse-nos também aqui que o Governo português queria o projeto. Gostava de saber se isto foi transmitido à Caixa, por quem e de que forma, porque, naturalmente, qualquer Governo queria um projeto industrial desta dimensão. Mas convém perceber quando é que os fins justificam os meios e quando é que, às tantas, os meios implicam o Governo português, através da Caixa, pagar duas e três vezes o projeto para que ele possa, finalmente, acontecer.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr.^a Deputada, a reunião com o Dr. Matos Gil, em que lhe transmitimos isso, foi logo a seguir à reunião de Madrid, não sei precisar...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda em março. Disse que a reunião de Madrid foi em março de 2008, a seguir ao lançamento da primeira pedra.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Por aí, por aí. Ainda tentei ver se conseguia uma informação de quando é que foi essa reunião, mas não consegui. Foi logo a seguir à reunião de Madrid. Foi a consequência do resultado da reunião de Madrid. Portanto, isso foi transmitido.

Nessa reunião não me lembro do Dr. Matos Gil, que, obviamente, não ficou satisfeito, mas não me lembro de ele ter dito que ia sair da La Seda. Aliás, não saiu. O Grupo Imatosgil só vende as ações da La Seda no final desse ano e o administrador da La Seda só sai no final desse ano.

Quem pediu a demissão nessa altura foram os outros dois administradores que estavam em representação do Grupo Imatosgil, que era o Prof. Freire de Sousa e o Dr. Nuno Gaioso. A minha sensibilidade sobre esse assunto é que o Prof. Freire de Sousa e o Dr. Nuno Gaioso saem porque o projeto de Sines arrancou. A missão, de certa forma, do Prof. Freire de Sousa e do Dr. Nuno Gaioso, pelo menos a do Prof. Freire de Sousa, era, de facto, a de trazer o projeto da refinaria de PET/PTA para Sines. Esta é a minha sensibilidade.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Quem é que lhes teria atribuído essa missão?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não sei. Enfim, ele estava a representar o Grupo Imatosgil, portanto... Não sei, não faço ideia.

Estou a dizer isto porque me lembro do discurso dele no lançamento da primeira pedra... Enfim, de certa forma, ele diz isto, diz que a missão de trazer o projeto para Portugal estava conseguida e, portanto...

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Peço ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida que me substitua na presidência durante um bocadinho.

Neste momento, assumiu a presidência o Vice-Presidente João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. Deputado Duarte Alves.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Dr. Jorge Tomé e agradecer-lhe pela sua intervenção inicial, não só aquela que teve oportunidade de proferir, mas também a que nos foi entregue e que tem alguns elementos que nos parece importante abordar, apesar de não ter sido lida esta parte, que até é a parte mais interessante.

Em relação à operação de José Berardo, refere uma questão que é importante esclarecer. Refere que as obras de arte estavam indexadas, uma a uma e por lotes, a cada um dos títulos da Associação. Aquilo que nos foi dito pelo Sr. José Berardo foi que os bancos tinham títulos da Associação, que, por sua vez, detinha as obras, mas aquilo que o senhor tem na sua intervenção inicial é um bocadinho diferente, ou seja, que os bancos tinham títulos da tal Associação que detinha as obras, mas que a esses títulos

estavam indexadas as próprias obras. Isto é um bocadinho diferente, não é?!

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Boa tarde, Sr. Deputado.

A informação e o recordatório que tenho, o registo que tenho da montagem da estrutura jurídica dessa garantia, é de que foi uma operação complexa, muito complexa, porque obrigou... Repare, o Grupo José Berardo tentou, por várias vezes, o reforço das garantias. Por força das responsabilidades que tinha junto da Caixa, tentou dar as garantias dos títulos da Associação Coleção Berardo, mas a Caixa recusou sempre. Recusou porque entendeu que os títulos, tal como estavam... Para já, não era a totalidade dos títulos, era uma pequena parte e, depois, sendo uma associação, os títulos... Não chegávamos às obras de arte e, portanto, isso foi sempre recusado, e há correspondência nessa matéria.

Então, aquando do reforço das garantias por essa via, teve de se construir uma solução jurídica para termos acesso às obras de arte e a solução que se construiu foi a de se ficar, numa primeira fase, com 75% dos títulos da Associação e, depois, numa segunda fase, com 100%. Mas, para isso teríamos de ter três condições: como credores pignoratícios, ter os direitos sociais e económicos da Associação; não permitir qualquer endividamento da Associação; e como as obras de arte estavam organizadas em três volumes, como, aliás, digo na minha exposição, aquando do reforço dessas garantias o empresário José Berardo disse que daria essa garantia, mas punha como condição que essa garantia tinha de ser dividida ou partilhada pelos outros bancos que tinham grande exposição ao Grupo José Berardo. Depois, enfim, houve toda a discussão de quem é que fica com o quê, etc., e a Caixa saiu, obviamente, reforçada dessa partição. Já estava reforçada antes dessa partição, porque, no conjunto... Mas isso é uma questão que explico aí na... A Caixa já tinha mais

garantias, na proporção, do que os outros dois bancos, mesmo antes do reforço dessa garantia. Relativamente aos outros dois bancos, a Caixa já tinha uma vantagem em matéria de garantia, mas, com a constituição dessas garantias, ainda ficou com mais vantagem.

Mas, como estava a dizer, essa operação tinha três requisitos. Primeiro, o de termos os direitos sociais e económicos dos títulos. Segundo, não permitir qualquer endividamento da Associação, porque se a Associação tinha aquele património, para que ele valesse o valor atribuído nas avaliações, não poderia haver endividamento, caso contrário teríamos de deduzir o endividamento ao valor do património; portanto, a Associação não tinha endividamento e não se poderia endividar, condição esta que está ligada à primeira, logo, os bancos tinham de ter não só o controlo dos 100% dos títulos mas também os direitos sociais associados aos títulos. Depois, havia uma terceira condição de... Como aquilo eram três volumes de obras, como é que se fazia a partição? Portanto, indexou-se os títulos às obras.

Este é o registo que tenho das negociações, que decorreram ao longo de várias semanas, da montagem que os departamentos jurídicos dos três bancos fizeram, mais o escritório de advogados que foi especialmente contratado para fazer esta construção jurídica. Para isso, também teve de se fazer a alteração dos estatutos, como é óbvio.

Tudo isso aconteceu, os contratos foram assinados, a escritura foi assinada e, portanto, nós, os bancos, ficamos com 100% do penhor dos títulos da Associação, ficamos com os direitos sociais e económicos da Associação, tivemos o direito de nomear o presidente da Assembleia Geral e fez-se a indexação, de facto, dos títulos às obras.

Esse é o registo que tenho da construção dessa garantia e acho que foi executado assim.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas era importante perceber se foi mesmo assim que, depois, foi executado, porque é totalmente diferente ter títulos de uma associação que, por sua vez, tem uma coleção de ter títulos que estão, eles próprios, indexados às obras. Por exemplo, aquilo que, de alguma forma, nos foi indiciado na audição com o Sr. José Berardo foi que terá havido uma assembleia geral em que a Associação decidiu aumentar o seu capital, emitindo novos títulos, e que aí já se poria em causa se os bancos voltariam a ter controlo sobre a Associação. Mas, se os títulos iniciais estavam indexados às obras, independentemente de serem depois lançados novos títulos, aqueles títulos continuavam associados às obras. Confirma esta situação?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, como lhe disse, obviamente, não estive eu a tratar de toda a execução dessa operação. Estava a acompanhá-la, *pari passu*, com quem a estava a tratar. A construção jurídica que foi criada foi essa, a informação que tive...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Foi aplicada, depois, no contrato?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — A ideia que tenho é essa e o registo que tenho é esse. Depois, já no âmbito desta Comissão de Inquérito, tentei saber e confirmar isso e foi-me dito que sim. E há um outro dado que me leva a crer que isso foi assim, de facto, e que também é do conhecimento público, porque houve uma tentativa de venda de alguns quadros, por parte do Comendador José Berardo, já depois das alterações contratuais que ocorreram, e o tribunal não permitiu essa venda. Para mim, isso leva-me a inferir que não o permitiu porque, de facto, os quadros estavam indexados aos títulos e os títulos estavam penhorados.

Enfim, obviamente que não tenho esses contratos, mas este é o registo que tenho desta constituição destas garantias.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, é o registo, mas depois convém perceber se foi mesmo assim que o contrato foi feito e, sobre isso, parece não haver uma certeza absoluta. Assumindo que foi assim, é aqui dito que, em relação a estas obras que ficaram indexadas aos títulos, havia três volumes — volume I, volume II e volume III — e que, então, foi depois cada um desses volumes associado a cada um desses títulos. Queria perceber qual é a percentagem que a Caixa tem de cada um destes volumes.

Isto é importante, como sabe, pois até refere na sua intervenção inicial que o volume I é que tem o contrato de comodato com o Estado. Portanto, o volume II e o volume III não têm qualquer limitação do ponto de vista de contratos de comodato com o Estado. Logo, é importante perceber até que ponto é que os volumes com que a Caixa ficou associada aos seus títulos são do volume I, II ou III.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, essa é uma boa questão, mas não consigo responder a isso. Admito, dentro do paradigma de negociação que a Caixa tem em matéria de garantias que, nos 40% que ficou com os títulos, de certeza absoluta que tem o valor correspondente aos 40% nos quadros indexados. De certeza absolutíssima, sobre isso não tenho nenhuma dúvida. Também lhe digo que não estive na execução desses contratos, mas o que posso dizer é que a Caixa ficou em vantagem comparativa na atribuição dos títulos face às responsabilidades que tinha e, portanto, de certeza que houve ali uma partição entre os títulos. Certamente que a regra da negociação é que nenhum banco tenha sido prejudicado. Admito que tenha seguido essa regra, mas não lhe posso dizer que a Caixa tem «tanto» do volume I, do volume II ou do volume III.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Essa vantagem comparativa da Caixa, em ter uma maior percentagem dos títulos da Associação é muito relativa à questão essencial, que é a de saber se os títulos correspondem, ou não, às obras. Aquilo que vemos e que perguntámos ao Sr. José Berardo é que os outros bancos, quando fizeram o reforço das garantias, além dos títulos da Associação, tiveram outras garantias, nomeadamente a Bacalhôa, a Empresa Madeirense de Tabacos e imóveis no Funchal.

O BES, por exemplo, tem 20% das ações da Associação e teve outras garantias. Porque é que a Caixa aceitou ter mais percentagem e garantias? Isto assumindo que, se calhar, as ações não correspondem aos títulos, como seria bom. Pode não ser assim e, nesse caso, porque é que os outros bancos aceitaram ter uma menor percentagem, mas ter outras garantias além dos títulos da Associação?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, o que posso garantir é o seguinte: em sede de negociação da distribuição dos títulos, de certeza que a Caixa ou ficou em igualdade ou ficou melhor. Isso posso garantir-lhe. Pior não ficou. Depois, a Caixa, de facto, já tinha, na relação com o Grupo José Berardo, face aos outros bancos credores, uma posição de vantagem. Tinha uma posição de vantagem nas garantias atribuídas antes, que quantifico aí, e ficou também com uma vantagem na afetação dos títulos/coleção de arte.

A Caixa já tinha, antes disto, uma vantagem relativa, relativamente aos outros dois bancos, de qualquer coisa como 250 milhões de euros a mais e, depois, ainda ficou com mais 5%. Se admitirmos que as obras de arte possam valer 500 milhões de euros, estamos a falar de mais 25 milhões de euros.

Portanto, no todo, quando foi a distribuição das garantias do Grupo José Berardo pelos três bancos, a Caixa partiu de uma posição que já era favorável em 20 milhões de euros e ficou com uma posição ainda mais favorável, com mais 25 milhões de euros.

É natural — embora não fosse informação que nós tivéssemos na altura — que os outros bancos tivessem dito: «Nós temos esta exposição, a Caixa está numa posição mais favorável, o que é que pode dar mais de garantias?»»

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Pois, convém saber!

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Mas vou dizer-lhe uma coisa: relativamente a essas garantias adicionais que foram dadas depois aos outros bancos — se essa informação é mesmo assim, porque tenho muitas dúvidas —, pelas garantias que foram dadas, de que também tive conhecimento por esta via, entre ter essas garantias e ter mais 5% das obras e ter mais do que já tinha, garanto-lhe que prefiro ficar como a Caixa ficou do que com as outras garantias.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas resta saber se isso, depois, corresponde mesmo às obras ou não — essa é que é aqui a questão. É que 40% de zero ou 20% de zero é igual. Agora, convém é perceber exatamente se havia essa indexação das obras aos títulos da Associação — isso é que precisamos de perceber com toda a clareza.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Na construção da garantia, a indexação estava prevista e esteve sempre prevista. E acho que isso aconteceu.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas dizer «acho» não chega!

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — O Sr. Deputado está a perguntar sobre uma coisa que aconteceu no final de 2008, uma operação concreta... Um administrador não está a fazer a contagem dos quadros, nem a ver os volumes dos quadros, isso é impossível. Há pessoas especializadas na Caixa para fazer esse trabalho. E isso foi feito, e bem feito.

Portanto, o que estava a ser construído e decidido era fazer a indexação. Até porque, devo dizer-lhe — mas isto são inferências —, é quase impossível, se queremos ter acesso aos quadros... E a Caixa tinha já esse historial, porque, por correspondência trocada entre a Caixa e o Grupo José Berardo, não era a primeira vez que ele tinha oferecido os títulos de garantia e que a Caixa, através da Direção de Grandes Empresas, tinha recusado. E tinha recusado exatamente porque não havia essa indexação. Se, no final de 2008, tudo é construído nessa base, é porque certamente isso foi feito.

Por outro lado, em informação adicional que tenho, mas não é recente, confirmaram-me também isso.

E, por outro lado, tendo também dado como boa a informação que o empresário José Berardo tentou vender os quadros e não conseguiu, se não conseguiu é porque há alguma indexação aos títulos, é porque os títulos estavam penhorados.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — A ver vamos!

Há outro elemento que queria referir da sua intervenção inicial, de uma parte que não foi lida, onde diz o seguinte: «Os Bancos passaram a indicar o Presidente da AG (Assembleia Geral) da ACB (Associação Coleção Berardo), tendo sido eleito o Dr. João Vieira de Almeida.»

Ora, o que nos foi dito aqui é que foi marcada uma assembleia geral sem que os bancos tivessem tido conhecimento. Mas, então, se foram os bancos que elegeram o Presidente da AG, como é que isso se justifica?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Isso aconteceu muito depois. O que tenho a certeza é do seguinte: é que a assembleia de 2009 e a assembleia de 2010 foram convocadas regularmente. E suponho que as outras também. Agora, se, muito mais tarde, há uma alteração dos contratos, considero isso uma fraude contratual — que fique bem claro! E se houve uma fraude contratual, se houve uma reversão dos contratos que foram assinados, se houve escrituras que foram desfeitas, etc., e, depois, há um aumento de capital da associação e há uma apropriação dos direitos económicos da associação completamente ao contrário das garantias que foram dadas aos bancos, isso já é um outro cenário, é um cenário que tem de ser gerido pela justiça.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas aquilo que disse aqui é que, com a alteração dos estatutos, o presidente da AG passa a ser indicado pelos bancos. Se essas alterações foram feitas em assembleia geral — o aumento de capital, por exemplo —, então, foi o mesmo presidente da assembleia geral, nomeado pelos bancos, que fez esta reunião, sem convocar os bancos? Os bancos souberam disso? A Caixa soube disto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — A Caixa não soube certamente, nem os outros bancos souberam, não souberam de certeza.

Como é que isso foi possível? Foi possível de acordo com o que foi dito aqui. Ou seja, há uma alteração de estatutos, há uma ação judicial de impugnação que é posta por alguém que era credor do empresário, pondo em causa que o penhor dos títulos desse direito aos direitos sociais e

económicos dos títulos, o tribunal, em primeira instância, deu-lhes razão e eles, com essa decisão do tribunal, vão ao notário, desfazem os estatutos e fica tudo na mesma como estava antes. Foi assim. E foi assim de acordo com o que foi dito aqui.

Eu saí da Caixa em fevereiro de 2012.

Mas, Sr. Deputado, é preciso ficar muito claro que este tipo de situações é incontrolável por qualquer credor. Se o mutuário quer agir de má fé ou quer fazer fraudes, como é que o credor pode... Nem que tivesse 10 polícias à volta do mutuário todos os dias, mas isso é impossível! É um risco. Lá está, é o risco moral que pode mudar. O risco moral era muito bom e, depois, deixou de ser muito bom e passou a ser muito mau.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — No pouco tempo que me resta, queria só passar rapidamente a uma outra operação, a da La Seda. É que já referiu aqui que, perante os alertas que tinham sido dados por Matos Gil, de alguns problemas que havia de qualidade de informação sobre a La Seda, teria reunido com Faria de Oliveira e que havia uma estratégia de confrontação da parte de Matos Gil, estratégia essa que a Caixa não quis acompanhar.

Foi aqui referido por Matos Gil, e também já o referiu aqui, as fortes ligações políticas da La Seda, na Catalunha, nomeadamente, com governantes da Generalitat.

O que eu queria perceber exatamente era o seguinte: esta reunião em que se decide não entrar em confrontação foi com o objetivo de não entrar em confrontação com esse poder político da Catalunha? E, se assim foi, quem é que deu essas orientações à Caixa Geral de Depósitos? É que aquilo que nos parece é o seguinte: muito bem, não se queria acompanhar uma estratégia de confrontação, porque isso não fazia sentido na perspetiva da Caixa, mas, depois, o que é estranho é que Matos Gil sai — e sai a tempo

de não ter grandes prejuízos — e a Caixa continua, e os prejuízos ficaram para agora todos os portugueses terem de pagar.

Portanto, gostaria de saber o seguinte: por que é que a Caixa decidiu manter-se e não ter uma estratégia de confrontação? E isto teve alguma ligação com as ligações políticas da Catalunha? E quem é que deu essas orientações?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, a decisão da Caixa nada teve a ver com políticos da Catalunha. E não acho que o Eng.º Faria de Oliveira alguma vez tenha falado com políticos da Catalunha sobre a La Seda — de certeza absoluta que não falou.

Os contactos que havia com a La Seda eram feitos comigo e não com o Eng.º Faria de Oliveira, e eu nunca estive com nenhum político da Catalunha.

Portanto, a decisão da Caixa teve toda a racionalidade. E onde é que está a racionalidade? Para se fazer uma política de confrontação e de destituição de um presidente — para mais, dentro da cultura de *governance* institucional dos presidentes dos conselhos de administração das empresas espanholas — tinha de se fazer uma OPA. Portanto, não havia possibilidade de ser ao contrário. Aliás, devo dizer-lhe que, por força desta relação do Grupo Imatosgil com a Caixa... E não quero desviar-me das suas perguntas, mas, a propósito da OPA, quando se dá a *débâcle* da La Seda, houve um conjunto de acionistas catalães da La Seda que quiseram tirar proveito desta relação da Caixa com o Grupo Imatosgil, dizendo que a Caixa e o Grupo Imatosgil tinham posições acionistas suficientes que obrigariam a fazer uma OPA — e até interpuseram uma ação junto da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), etc. Depois, tivemos de esclarecer isso... Mas isso aconteceu.

Voltando à questão, para se fazer uma destituição do presidente ou uma alteração substancial do conselho de administração da La Seda, a Caixa só podia fazer uma coisa, que era fazer uma OPA, não podia fazer mais nada.

Assim sendo, Sr. Deputado, como está a ver, a Caixa... Bem, já este assunto de investir numa empresa de capital estrangeira, enfim... E, agora, ia lançar uma OPA?! Não tem senso!

Portanto, as decisões têm de ter um contexto racional e não fazia sentido nenhum a Caixa ir fazer uma OPA a uma empresa industrial, a La Seda, completamente fora do seu *core business* — não tinha nenhum sentido, nem económico, nem financeiro!

E, depois, as decisões também têm de ter outra coisa, têm de ter senso. Os decisores têm de ter bom senso. Portanto, têm de ver as relações de forças que há, institucionais, com os parceiros, com os *stakeholders*, etc. E era completamente insensato ter uma política de confrontação na La Seda, com os acionistas da la Seda, com o conselho de administração da La seda.

O objetivo deste investimento — é bom que se entenda isso — foi trazer o projeto da refinaria para Sines. E isto condiciona tudo. É o que eu chamo um processo de decisão baseado em probabilidades condicionadas.

Portanto, há uma orientação do Estado no sentido de que este é um projeto relevante para a cadeia de valor de Sines. Há uma agência de investimento portuguesa que apoia o projeto com incentivos fiscais, financeiros, de capital, etc.

Este projeto tinha de ter um *project finance* que tinha de ser estruturado. Ora, o banco que poderia ou deveria fazer isso, nesta ótica mais pública, era certamente a Caixa Geral de Depósitos. Tudo isto faz sentido numa ótica pública, desde que, obviamente, o projeto tivesse

racionalidade económica, etc. E esses crivos foram feitos e foram passados, tranquilamente.

Portanto, a La Seda, na construção do projeto de Sines, não era só, na altura, o maior acionista de Sines, mas tinha um papel muito relevante na viabilidade do projeto de Sines. Era a contraparte do contrato de *offtake* — e este é que tinha racionalidade para ser um *project finance*. Há uma entidade, que, na altura, era sólida, que precisa desta matéria-prima para a sua produção — portanto, há ali um *gap*... Produz milhares de toneladas de PET (polietileno tereftalato) cuja principal matéria-prima que absorvem é o PTA (*purified terephthalic acid*), sendo que a sua produção e vendas de PET absorvem completamente a produção desta refinaria, do PTA, da matéria-prima. E, portanto, faz um contrato de *offtake*, dizendo assim: na La Seda, no *project finance*, tem de haver um *offtake* e o *offtake* ou é ao Estado, quando é um concedente, e, não sendo o Estado, tem de ser uma empresa que faça esse papel de *offtake*. Portanto, a La Seda tinha um papel relevantíssimo na elaboração do *project finance*.

Então, sendo assim, a Caixa ia arranjar um problema do tamanho sei lá de quê junto da La Seda, pondo tudo em causa?! Quer dizer, a raiz da decisão?! Isso não tinha senso, Sr. Deputado. Não tinha senso, nem nenhuma racionalidade económica.

O Sr. **Presidente** (João Pinho de Almeida): — Vai, agora, iniciar a sua inquirição o Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer a presença do Dr. Jorge Tomé e de todos os contributos que já nos deu. Vou dividir a minha intervenção em três grupos.

A primeira parte é mais genérica e tem a ver com o seguinte: o Sr. Doutor já era administrador do CaixaBI quando aconteceu a passagem da administração do Dr. Vítor Martins para o Prof. Santos Ferreira.

Pergunto-lhe se sentiu por parte da administração alguma alteração de postura em termos de maior intervenção para pressionar o CaixaBI a tomar determinado tipo de decisões, como aquelas que já aqui nos descreveu.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, não! Na passagem da presidência do Dr. Vítor Martins para a presidência do Dr. Santos Ferreira não houve nenhuma alteração relativamente à relação do CaixaBI com a Caixa Geral de Depósitos.

Não tive oportunidade de ler a comunicação, mas, já agora, aproveito a sua pergunta, se me permite, para dizer o seguinte: o CaixaBI era, e ainda é, um banco que atuava na área da banca de investimento, que tinha produtos e uma natureza técnica muito específica, pelo que havia uma complementaridade de produtos, de operações bancárias sendo que a Caixa não tinha essas competências e o CaixaBI tinha.

Portanto, na relação com a Caixa Geral de Depósitos quando a Caixa comprou o CaixaBI, no ano 2000, que, na altura, era um banco perfeitamente autónomo, definiu que o CaixaBI mantinha o estatuto de banco, portanto as formalidades e as exigências regulatórias que isso exige, mas na relação com a Caixa há as seguintes alterações. Primeiro, não tem competências de crédito, sendo que foi atribuída uma competência mínima de crédito ao CaixaBI por ser banco, de cerca de 5 milhões de euros, ou qualquer coisa do género, que, creio, o CaixaBI utilizou uma vez, excecionalmente, já não sei porquê. Portanto, o CaixaBI não tinha competências de crédito.

Portanto, as operações no Caixa BI funcionavam como uma direção comercial especializada para determinadas operações e determinados produtos e, assim, todo o circuito com a Caixa Geral de Depósitos era exatamente como se fosse uma direção comercial e atuava da seguinte forma com dois modelos de funcionamento.

Um desses modelos assentava no seguinte: a cadeia de valor do CaixaBI era originar operações dentro destes produtos de banca de investimento, seja *project finance*, seja *acquisition finance*, seja operações no mercado de capitais, seja securitizações, seja *leasing* estruturado, seja o que for, ou seja originar operações; estruturar tecnicamente as operações, apresentá-las à Direção de Gestão de Risco para fazer a apreciação do risco... Obviamente que o CaixaBI também fazia a avaliação de risco para uma questão interna, mas, para efeitos da Caixa Geral de Depósitos, a Direção de Gestão de Riscos é que tinha de ver se a operação tinha bondade ou não tinha bondade.

A Direção de Gestão de Riscos dava o seu parecer e, depois, o CaixaBI, com o parecer da Direção de Gestão de Risco, agendava a operação para o Conselho de Administração juntamente com o administrador do pelouro do CaixaBI.

Portanto, o CaixaBI não pegava e dizia «vou agendar esta operação para Conselho de Crédito». Não! A operação era vista na DGR, era discutida na DGR, a DGR dava o seu parecer — favorável, desfavorável ou condicionado —, nós apresentávamos a operação ao administrador do pelouro da Caixa Geral de Depósitos que tinha as grandes empresas e, depois, a operação era ou não agendada para Conselho.

Era assim que funcionava.

Outra modalidade de funcionamento: vamos supor que o CaixaBI era uma direção comercial especializada em estruturar operações, pelo que o CaixaBI funcionava muito em articulação e coordenação com a Direção de

Grandes Empresas. Porquê? Porque o segmento de mercado era o mesmo, os clientes do CaixaBI eram grandes empresas e, portanto, havia uma grande articulação e até havia um «Tratado de Tordesilhas» entre o que a Direção das Grandes Empresas faz e o que o CaixaBI faz.

Vamos supor que a DGE ou uma direção comercial da Caixa tinha uma operação qualquer que precisava de apoio técnico e financeiro de uma entidade com a especialidade do CaixaBI. Pedia ao CaixaBI para estruturar a operação e o CaixaBI estruturava a operação, apresentava-a à Direção de Gestão de Risco juntamente com a Direção Comercial, depois, a operação era agendada para Conselho de Crédito, era discutida em Conselho de Crédito, o CaixaBI defendia a operação juntamente com a Direção Comercial e, depois, a operação era decidida «sim» ou «não».

A partir de 2004, dentro daquele projeto da Caixa de tentar ir para o mercado espanhol e ter uma posição muito mais relevante no mercado espanhol, foi também decidido que o CaixaBI, que trabalhava o mercado a partir de Lisboa, tivesse uma sucursal em Espanha para trabalhar mais as operações da banca de investimento em Espanha, e, portanto, foi criada a sucursal do CaixaBI em 2004 em Madrid.

A estratégia do CaixaBI foi a de trabalhar o mercado espanhol, mas o mercado espanhol é um mercado diferente e, obviamente, a posição do CaixaBI em Espanha não podia ser igual à do CaixaBI em Portugal. Isso era impossível! Em Portugal, o CaixaBI estava ligado ao maior grupo financeiro português, conhecia as empresas todas, conhecia os empresários, fazia a avaliação de todos os riscos, etc., mas em Espanha não.

Então, a melhor forma de entrar no mercado espanhol e de crescer no mercado espanhol foi a de fazer sindicacões. Portanto, seguimos a sorte dos outros bancos, dos grandes bancos espanhóis, dos bancos internacionais que estavam a operar em Espanha.

Portanto, identificávamos as operações nos vários produtos do CaixaBI e nos vários setores de atividade e, depois, íamos ter com, por exemplo, o Deutsche Bank, ou o Barclays Capital, ou com a J.P. Morgan, ou com a Morgan Stanley, ou com o Santander, ou com o BBVA a dizer «vocês estão a liderar essa operação, que nos parece interessante, deixem-nos participar no sindicato». E, então, participávamos nesse sindicato e, obviamente, tínhamos de fazer toda a análise de avaliação de risco, etc.

E aí o CaixaBI ficava, via Caixa Geral de Depósitos, pois estas operações não era para serem domiciliadas no Caixa BI... Algumas sim, se o CaixaBI quisesse domiciliar no CaixaBI, mas estas operações eram para serem domiciliadas no balanço da Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, o Caixa BI interveio nessas operações nos sindicatos com participações de 3, 4, 5, 6, 7, 8% e foi assim que a banca de investimento em Espanha cresceu, ou seja, cresceu com base na sindiciação. O CaixaBI não liderava operações em Espanha, acho que isso nunca aconteceu, participava em sindicatos, podia participar mais ou menos, mas era em sindicatos, porque era a única forma de, primeiro, termos acesso ao mercado, segundo, fazermos uma minoração do risco num mercado que conhecíamos mal.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — O Sr. Doutor não sentiu diferenças na administração e, então, agora, coloco-lhe uma pergunta diferente. Nas funções que exerceu, quer no CaixaBI, quer posteriormente na administração da Caixa Geral de Depósitos, pergunto se alguma vez tiveram lugar contactos diretos ou indiretos com membros do Governo, até no bom sentido da palavra, porque, muitas vezes, pode haver a ideia de que existe um segundo interesse, mas pode apenas haver interesse na lógica de os governantes acharem que o projeto é bom.

Mas pergunto: recebeu esse tipo de contactos para que determinadas operações pudessem ser analisadas de forma atenciosa na Caixa Geral de Depósitos ou no CaixaBI?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, o CaixaBI, a banca de investimento, era o primeiro e outras vezes o segundo banco de investimento em Portugal e, como sabe, este período de 2002 ou 2003 até 2007 foi um período de grande dinamização dos projetos das infraestruturas em Portugal, Espanha e em toda a Europa — aliás, impulsionado até por políticas públicas da própria comunidade com o envolvimento do Banco Europeu de Investimento, etc.

Portanto, houve um investimento enorme, como o Sr. Deputado sabe muito bem, em infraestruturas na área da rodovia, na área da energia, etc. e fazia parte da política dos governos dinamizar esse tipo de investimento.

Havia muitos contactos a nível das secretarias de Estado com o CaixaBI no seio dessas operações para fazer acompanhamento do ponto da situação da montagem do financiamento. E devo dizer que essas operações eram todas elas sindicadas com outros bancos nacionais e essas reuniões de acompanhamento eram feitas também pelos outros bancos e não era no sentido de pressionar isto ou pressionar aquilo, era para ver como é que seria a posição da Caixa, como é que a Caixa via a operação e, depois de haver uma manifestação de interesse, como é que estava a ser elaborado o projeto, digamos assim. Isto aconteceu muitas vezes e havia esses contactos regulares com a Caixa e com os outros bancos.

Relativamente a outros casos a que o Sr. Deputado se está a referir, lembro-me de um, ou dois ou três, em que num deles exigimos a garantia do Estado e noutra decidimos não participar. Pelo menos, lembro-me destes dois, mas pode ter havido mais um ou outro.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Portanto, o Sr. Doutor confirma que existiam esses contactos políticos de governantes no sentido de que a Caixa pudesse estudar determinado tipo de propostas e houve respostas da Caixa nesse sentido.

Pode dar-nos essas referências neste momento ou posteriormente à porta fechada?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Prefiro que seja à porta fechada.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Então, aguardaremos.

Sr. Doutor, um desses casos, pelo menos é assim que está relatado, é o La Seda e é assim que está relatado a partir do momento em que é dito que, nessa primeira reunião, o Dr. Matos Gil se terá apresentado com a sua equipa dizendo que tinha, no mínimo, o patrocínio do Ministério da Economia para que esse projeto avançasse.

Gostaria que confirmasse se isto é verdade.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Isso é verdade e confirmou-se porque, já no âmbito da AICEP — na altura não sei se ainda era a API —, havia a indicação de que o projeto estava já em fase adiantada de estudo, e nós, depois, confirmámos. Isso era um facto. Depois, o Dr. Matos Gil também deu aqui outras informações que eu desconhecia de contactos anteriores com o Governo português, etc., mas tudo isso faz sentido com aquilo que veio confirmar-se a seguir.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas o facto de o Dr. Matos Gil ter dito que estaria já nessa reunião com o alto patrocínio do Sr. Ministro da Economia não fez com que o CaixaBI deixasse de emitir uma posição negativa sobre o projeto que estava a ser exposto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Não porque, estes contactos com secretarias de Estado ou com ministérios fora da tutela da Caixa, com aqueles ministérios mais ligados à economia, digamos assim, eram normais, era normal haver esse tipo de abordagens, etc., mas, enfim, aquilo morria ali, não me parece que isso seja...

Um industrial, um promotor ou um empresário chegar ao pé de um banco e dizer: olhe, venho do Ministério da Economia — ou de outro qualquer —, tenho aqui um projeto fantástico, etc., portanto, vocês, Caixa, devem fazer isto ou devem fazer aquilo»... Repare, essa é uma informação veiculada por um empresário. Curiosamente, era um empresário com que não tínhamos nenhuma relação comercial, a Caixa não tinha relacionamento comercial com o Grupo Imatosgil. Portanto, considerámos a informação, obviamente, mas era uma informação, nada mais.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Doutor, ao que parece, não foi só «eu vim do Ministério da Economia», foi mais «eu venho do Ministério da Economia com o suporte de que o Ministério, o Sr. Ministro, consideram este projeto importante para Portugal». E a prova concreta de que não morreu é o facto de o Sr. Doutor ter mantido a sua posição, mas, rapidamente, de a administração da Caixa lhe ter dito para reapreciar o projeto, o que significa que não desistiram de utilizar a influência política para «levar a água ao bom moinho».

O que é que fez o CaixaBI depois de alterar a sua posição?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, vou ver se consigo explicar isso. O CaixaBI não alterou a sua posição. A reserva que o CaixaBI tinha era uma reserva que não era da sua competência. A reserva que o CaixaBI

tinha era sobre a natureza da operação. Isso não era definido pelo CaixaBI. Posso ter muitos estados de alma, mas, quer dizer, quem és tu...

Portanto, o CaixaBI tinha de ter opinião técnica sobre o projeto, tinha de ter opinião sobre a qualidade económica e financeira da La Seda no momento. Essa opinião, o CaixaBI não a mudou. Sempre entendemos, com toda a informação, com o projeto de Sines, que tínhamos de consultores internacionais... Fomos sempre acompanhados por consultores internacionais do setor petroquímico e especializados naquele produto. Toda a informação que tínhamos do projeto é a de que era um projeto válido e acho que continua a ser válido.

Relativamente a La Seda, naquele momento, a La Seda era uma empresa boa em termos económicos e financeiros. Aí, não há mudança, porque o CaixaBI teve uma opinião relativamente à estrutura da operação e isso não mudou, ninguém mudou nenhuma opinião, só que teve uma opinião que não era da competência do CaixaBI.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — E, por isso, a administração da Caixa decidiu entrar no capital da La Seda.

A administração da Caixa entrou no capital de La Seda e, Sr. Doutor, ao longo de 2007, houve sintomas que iam sendo identificados com algum nível de preocupação com aquilo que estava a acontecer na La Seda e que levaram, nomeadamente, o Dr. Matos Gil a afastar-se do projeto e vários administradores a saírem. Mas a Caixa Geral de Depósitos resolveu continuar a investir já depois de tudo aquilo que se sabia.

Sobre isso, pergunto-lhe se essa decisão de manter já depois de o próprio promotor do projeto se ter afastado resultou — e de duas uma — ou daquela posição de jogador de casino de «já lá meti, já gastei, já perdi isto e vou tentar recuperar, mas, afinal, vou é perder mais 370 milhões de euros» ou, pelo contrário, resultou da pressão política, dado a imagem que

se queria transmitir na altura de que aquele tinha sido um grande projeto, um projeto muito importante para Portugal, e não podia ser o banco público a vir a público mostrar as fragilidades e o fracasso do mesmo.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, em 2007 e, depois, no princípio de 2008, a informação que tínhamos relativamente a La Seda era de dois tipos: tínhamos uma relativamente à gestão, umas reservas... Não é reservas, é dúvidas sobre as contas. Depois, os auditores vieram confirmar que estava tudo bem. A auditoria interna da companhia também emitiu o seu parecer de que estava tudo bem, etc. Mas tínhamos dúvidas sobre as contas. Nomeadamente, há uma questão da venda de licenças tecnológicas, etc. Esse é um aspeto.

Relativamente à qualidade económica e financeira da La Seda, não havia dúvida. A La Seda tinha feito um grande investimento em 2007 numa excelente empresa chamada Amcor, tinha diversificado os seus produtos, tinha diversificado os seus mercados e transformou-se, de facto, numa grande empresa na Europa de PET e PTA, com essa aquisição.

Portanto, por aí, devo dizer que nada alterou. O que alterou foi um mal-estar do grupo Imatosgil na sua relação com a La Seda, sem dúvida nenhuma. Pretender uma estratégia de alteração na *governance* da La Seda e, certamente, fazer um *takeover* à La Seda... Não sei. Isto no primeiro trimestre de 2008.

Agora, respondendo à sua questão, na segunda derivada, no primeiro trimestre de 2008, se o projeto Sines poderia não ser reequacionado... Bem, como lhe digo, a informação que tínhamos não era muito diferente da informação que tínhamos em 2007, mas admito, hoje, que, se o projeto não tivesse um estatuto de projeto de interesse nacional, um grande interesse do Estado português em trazer o projeto para Portugal, e já tinha sido feito o

lançamento da primeira pedra, admito que o projeto pudesse ter sido repensado. Admito. Não sei se a decisão, depois, não teria sido a mesma.

Estamos a falar no primeiro trimestre de 2008. Se estivéssemos a falar no terceiro trimestre de 2008, as coisas já seriam muito diferentes. Seriam muito diferentes porquê?! Porque já tínhamos muito mais informação sobre a La Seda, sobre as contas da La Seda e, depois, o mercado PET/PTA cai abruptamente. Mas, no tempo, no momento, ser um projeto PIN, de interesse nacional, interesse público, etc., obviamente condiciona as decisões a nível técnico, é indiscutível, porque um processo de decisão é um processo em árvore. Se há decisões a montante de interesse público, interesse nacional, etc., o decisor a decidir em frente, na opção a seguir, tem de ter em conta essa restrição atrás. Portanto, isso é o que chamo «modelo de decisão em probabilidades condicionadas».

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas esse modelo em probabilidades condicionadas custou à Caixa mais 400 milhões de euros. Isso ficará para sempre, vamos dizer, na consciência de quem teve de tomar essa decisão, nomeadamente considerando que aquele era um projeto PIN e, por isso, tinha um interesse político relevante para o País.

Sr. Doutor, permita-me que coloque, ainda, umas questões sobre o caso Berardo, nesta perspetiva. O Sr. Doutor acha normal que uma administração faça concessão, fazendo com que um banco fique com uma exposição de acionista a mais de 8% de um concorrente e que isso seja utilizado como garantia para os diferentes financiamentos?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, são decisões que foram tomadas em determinado momento. O que lhe posso responder é o seguinte: as operações de crédito têm de acautelar...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Permita-me só completar a pergunta, para o Sr. Doutor compreender. É que o Sr. Joe Berardo coloca a questão «se tivessem executado em tempo útil as ações, a perda não teria sido tão grande», mas, por outro lado, o Eng.º Faria de Oliveira responde «mas podíamos causar um problema sistémico e uma perda de valor global». Sentiram-se de mãos e pés atados com aquelas que tinham sido as decisões da administração anterior?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, em relação às decisões de crédito, temos de ver qual é a natureza da operação, obviamente, e temos de tipificar os riscos da operação. Este tipo de operações, de financiamento para compra de ações, tem, basicamente, alguns riscos. Tem o risco de contraparte, que é o do mutuário, o recurso ao mutuário. Tem o risco associado às garantias. Neste caso concreto, são ações que têm dois tipos de risco, pois têm o risco de volatilidades e têm o risco de liquidez. Portanto, quando a operação é analisada e decidida, têm de se ter em conta estes três tipos de riscos.

O que verificámos... Neste caso concreto, foram financiamentos para compra de ações do BCP. Quando o mercado muda... Ah! E este tipo de riscos tem de ser acautelado num cenário de ciclo económico normal. Um ciclo económico normal não quer dizer que não tenha fases depressivas. Tem fases depressivas também. Tem fases de crescimento, tem fases de estabilidade e, depois, tem fases depressivas. Quando se está a avaliar o risco de volatilidades e o risco de liquidez, tem de se ter em conta a fase depressiva do ciclo. *Ok?!*

Portanto, das duas, uma: ou a operação tem garantias suficientes para acautelar o risco de volatilidades e o risco de liquidez em fase depressiva ou, se não tem, o risco de contraparte tem de compensar a menor garantia na parte das volatilidades e de liquidez. Digo num ciclo normal económico.

Num ciclo normal económico, o decisor, neste tipo de operações, tem de ver se as garantias são ações, qual é a volatilidade das ações na altura. Primeiro ponto. Depois, tem de ver se consegue desfazer a posição num espaço de tempo muito curto. É que este tipo de financiamento de compra de ações é uma reconfiguração de um outro financiamento que se chama financiamento conta margem. Esses, sim, funcionam muito bem porque têm outro tipo de características. Mas este tipo de financiamentos é uma reconfiguração desta natureza de operações.

Quando estamos a decidir este tipo de operações, temos de ver qual é o risco de contraparte — é bom, sólido, pode dar muitas garantias se isto correr mal, etc. — e temos de ver, em caso de mudança de fase do ciclo económico para uma fase depressiva, como é que o mercado pode cair. Isto é medido. Por isso é medida a volatilidade do título. Quando se diz que um título tem uma volatilidade de 20%, 25%, quer dizer que, normalmente, na fase de estabilidade do ciclo, oscila nestes 20 para menos e 20 para mais. Quando está em fase de crescimento, a tendência é que a curva se desloque para a esquerda, o que significa que estes 20% de volatilidades provavelmente transformam-se em ganhos em 40%, porque a curva desloca-se para a esquerda e, portanto, a volatilidade dos 20% ou 25% transforma-se em prováveis ganhos de 50%. Quando a fase é depressiva, esta volatilidade joga ao contrário. Os tais 20%, 25% ou 30% deslocam-se para a direita, a curva desloca-se para a direita, e a probabilidade de perdas, em vez de serem 20%, passa a ser de 40% ou 50%. Portanto, este tipo de riscos é medido.

Agora vamos ao risco de liquidez. Vamos supor que tenho uma garantia de 20%, 25% ou de 30%. Se a curva começar a deslocar-se num sentido contrário ao nosso interesse de mercado, ou se reforçam as garantias ou então tende-se a executar as garantias, desfazer a posição e vender... Isto funciona assim.

No caso concreto — estou a falar na fase de execução —, quando a decisão foi tomada, estamos a falar de momentos muito diferentes e nem seria eticamente correto eu estar a falar disso. Portanto, não vou pronunciar-me, são momentos muito diferentes, tivemos um ciclo económico a subir durante 10 anos, os mercados todos a subir, houve os pareceres de risco, etc., etc., houve a avaliação que houve.

Na fase seguinte, quando o mercado começou a cair, da avaliação que se faz deste caso concreto, verificou-se o seguinte: a ter como bom a garantia dos títulos da Associação, o risco de contraparte do Grupo José Berardo era um excelente risco. Isto a ter como bom a garantia dos quadros do José Berardo. Porquê? Porque o mercado começa a cair... Ah, e como eu dizia há bocado, os gestores têm de acautelar a volatilidade dos mercados dentro da normalidade. Bem, se a volatilidade do título, na altura, era de 30%, como a curva se deslocou para o lado que não queríamos, havia a probabilidade de uma desvalorização superior aos 30% — poderia haver uma desvalorização de 30%, 35%, 40%, 50% —, em normalidade. Aí, de duas, uma: ou o mutuário reforçaria as garantias, para cobrir essa eventual perda, ou então o mutuante, neste caso o banco, se ele não dá mais garantias, o mutuante tem de executar a operação. E aí põe-se o problema do risco de liquidez — em quanto tempo é que eu vou desfazer a operação?

De facto, nesse caso concreto, foi demonstrado que o risco de contraparte cobriu as perdas do ciclo económico em questões normais, porque houve reforço de garantias — só em ações deu quase 40% a mais, já em 2008 e, depois, ainda deu mais 23 milhões de euros, portanto o risco de contraparte compensou o risco de volatilidade para um ciclo normal —, o problema é que, depois, o mercado não caiu só aos 40% nem aos 50%, o mercado depois veio a cair 60%. Passou de 2 € de ação, no início de 2008, para 0,8 €, no final de 2008.

Mas mesmo aí nós pensámos: «Bem, temos aqui um risco de volatilidade anormal, completamente anormal, porque, de facto, estamos perante uma crise financeira», com todas as características que dela conhecemos, «e para cobrir o risco de volatilidade, a garantia associada a esta operação, o risco de contraparte tem que ser muito forte». Isto porque mesmo que quiséssemos executar a operação no final de 2008, e se a pudéssemos executar, confrontar-nos-íamos com vários problemas. Primeiro, o risco de liquidez. A Caixa tinha, na altura, de garantia, 185 milhões de ações do BCP, não sei se era 5% ou mais de 5%...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Acho que era 8%.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Era 8%, globalmente, com as ações que já tinha no BCP, etc.

O que fazer? Ou há reforço de garantias, o que seria a situação ideal, ou há liquidação, execução.

Bem, a execução tornou-se completamente impraticável. Vamos imaginar o cenário de execução, e, devo confessar, foi analisado dentro da Caixa Geral de Depósitos. Opção 1: «Não vamos aceitar mais garantias, isto acabou, vamos executar os 185 milhões de ações». Estamos a falar de ações do BCP, em 2009.

Como é que estava o mercado? Estava com uma pressão vendedora brutal, o BCP caía todos os dias à variação máxima, quase. A volatilidade dos títulos do BCP, em 2008, 2009, passou de 30% em 2007 para 45% em 2008, 2009.

Havia também o problema da liquidez. O mercado do BCP, na bolsa, fazia um limite de 5 milhões de ações por dia — e já estou a ser simpático, nem isso fazia! Então, vou pôr-me a vender as ações do BCP em mercado. Para vender, mesmo que a Caixa, como comitente vendedora, fizesse 50%

do mercado, venderia por dia 2 milhões e meio de ações. Para desfazer 185 milhões de ações é só fazer as contas: três meses ou, se quisermos ser muito otimistas, dois meses. E aí teríamos de dar ordens ao melhor, o que significa que estaríamos a dar ordens a qualquer preço, tínhamos era de as vender. Como a variação máxima permitida na bolsa é de 10%, todos os dias tinha uma perda no BCP de 10%.

Além disso, que efeitos é que isto teria? Já nem vou falar dos efeitos principais, vou apenas falar dos secundários. O BCP tinha, na altura, suponho, 220 000 pequenos acionistas e já não era o mercado, era a Caixa, que estava a fazer com que o BCP caísse. Bem, ter 220 000 pequenos acionistas que também eram clientes da Caixa, o que seria?!

Além disso, estamos a falar de um banco em que a Caixa, por sua vez, também tinha participação. A Caixa não deve ter o papel de prestador de último recurso, como eu disse, mas tem de ter um papel de estabilizador do mercado financeiro. Esse papel tem de o ter.

Portanto, essa era uma opção impossível.

Opção 2: fazer uma operação estruturada para vender 5% ou 6% do BCP, a que nós chamamos de *accelerated bookbuilding*. Isso era possível. Mas, então, a que preço sairia essa operação?

A volatilidade estava nos 40%, 45%, por aí. Teríamos de vender a investidores internacionais, que, nessa altura, teriam de ter uma característica muito especial, que era os *hedge funds*, mais especializados em classe de ativos da banca. Portanto, os *hedge funds* e os investidores olhavam para o mercado português, para a crise financeira e para a situação dos bancos e diziam assim: «Bem, a volatilidade é de 45%, o risco de liquidez que está aqui é pelo menos de 20%». E nós dizíamos: «Aceitamos comprar esse *package* de ações por 65% ou 70%». Portanto, iríamos recuperar o quê? Iríamos recuperar 15% do valor de crédito que tínhamos no BCP. Isso também tinha implicações sistémicas, porque aparecia a

Caixa a fazer uma venda em *accelerated bookbuilding*, a vender 5% das ações do BCP — há um desconto absolutamente brutal, além de também ter implicações nos tais pequenos acionistas.

Era este o quadro. Estávamos a viver um momento muito difícil e fora da normalidade das depressões de um ciclo económico normal. É isso que as pessoas têm de entender. Isto é estatisticamente comprovado, não é uma opinião, são provas, estatisticamente comprovadas, e pode ver-se até onde é que há uma fase depressiva num ciclo normal e o que é para além do normal, numa fase depressiva. Isto é perfeitamente medido estatisticamente, todos os dias, pelos instrumentos analíticos que temos, pela Bloomberg, etc., etc.

Portanto, qual é a solução que tínhamos? Felizmente, o risco de contraparte era um bom risco, considerando que a garantia das obras de arte e dos títulos da coleção existe.

O mutuário não queria, de todo, que se vendessem os títulos — o que ele disse aqui é conversa, porque prova-se, por *A* mais *B*, documentalmente, que isso não é verdade — e, então, aceitou dar os títulos da coleção, fazer a indexação dos títulos às obras de arte e montou-se aquela solução jurídica. Ele pôs uma condição, a de que houvesse o envolvimento dos outros bancos, que também já estavam muito expostos no Grupo e estavam com o mesmo problema da Caixa. Mais: eles tinham menos garantias do que a Caixa, na relatividade. E isso também está aí demonstrado.

Então, criou-se o sindicato para resolver o problema.

Dir-me-ão: mas a garantia dos títulos e das obras de arte... É mau ou bom? Vou dizer-vos o seguinte: na situação de mercado em que estávamos, era a melhor garantia que os bancos poderiam ter. E explico porquê. Porque tínhamos de pensar assim que amanhã, estes títulos, estas obras de arte podem vir para o balanço da Caixa e depois a Caixa tem que vender, etc. Se

isso acontecesse, qual era o impacto que teria no risco do *portfolio* do balanço da Caixa?

Aqui vamos novamente à análise estatística. A arte — isso também é conhecidíssimo —, assim como os metais preciosos, têm um efeito contrário a outra classe de ativos. Quando a outra classe de ativos está em queda, normalmente os metais preciosos sobem e as coleções de arte também.

Portanto, aqui tínhamos um efeito imunizador desta classe de ativos no *portfolio* da Caixa. Porquê? Nos bancos há um instrumento que se chama VAR — não é o VAR do futebol —, o *value at risk*, que é um algoritmo de cálculo que avalia o risco do *portfolio* das várias classes de ativos — *fixed income*, ações, todo conjunto de ativos.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Fernando Rocha Andrade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Jorge Tomé, sem prejuízo do interesse e caráter exaustivo da sua exposição, pedia-lhe, apesar de tudo, algum esforço de síntese. A resposta a esta pergunta, salvo erro, já vai em mais de 20 minutos.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Só para dizer o seguinte: esta garantia, a ser dada como boa, era uma excelente garantia, porque além de ter valorização no mercado, até havia uma opção de compra do Estado que precificava o valor da coleção e tinha um efeito imunizador no *portfolio*.

Se porventura os títulos entrassem para o balanço da Caixa, o tal VAR, em vez de subir, baixava. Portanto, o risco de *portfolio* Caixa diminuía. Estamos a falar de uma coleção em que 40% podem valer 170 a 200 milhões de euros.

Para concluir, o risco de contraparte do Grupo José Berardo, de facto, a ter essa garantia como boa, era um excelente risco. Era um excelente risco! Estava muito bem coberto. Aliás, nem foi avaliado dessa forma na altura em que foi dado.

A parte do risco de volatilidade, de facto, não foi devidamente considerada e o risco de liquidez não foi considerado de todo. Mas estes dois riscos, em normalidade do mercado, seriam cobertos pelos riscos de contraparte.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Sr. Deputado Duarte Pacheco, muito rapidamente, para terminar.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, mesmo para terminar esta intervenção, que foi muito elucidativa para exemplificar o risco excessivo da garantia que a primeira operação aceitou, ou seja, aceitar as ações como garantia do empréstimo para a aquisição dessas mesmas ações, ouvimos aqui toda a argumentação, toda a racionalidade para evidenciar como foi completamente irracional aceitar daquela garantia.

Finalmente, coloco-lhe esta pergunta: hoje viemos a saber que, para além da Caixa, o próprio Banco de Portugal tomou conhecimento desta operação. Acha também racional que a administração do Banco de Portugal achasse normal este tipo de operação com este tipo de garantia?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — É a informação que vem hoje num periódico.

Ora bem, o Banco de Portugal certamente teve conhecimento da operação. Enfim, esta é uma matéria que em nada me diz respeito mas vou responder.

Havendo um investidor que quer ter uma participação qualificada num banco ou quer reforçar uma participação qualificada, obviamente, isso tem de ser proposto ao Banco de Portugal, que tem de fazer a avaliação da idoneidade — essa parte está feita, porque ele já era acionista qualificado — e depois tem de fazer outro trabalho, tem de ver a capacidade financeira, de onde vem o dinheiro, etc., etc.

Mas isso não tem nada a ver, são planos completamente diferentes, vamos separar as coisas, ou seja, uma coisa é a avaliação da idoneidade, do *compliance* de um promotor ou de um investidor que quer ter uma participação qualificada num banco, mas o Banco de Portugal não tem que dizer «onde é que vai buscar o dinheiro?» E se o vai buscar ao banco não tem de dizer que o banco não pode fazer isto, deve fazer aquilo ou aqueloutro. Essa é outra conversa.

O Banco de Portugal, na sua qualidade de banco central, de supervisor e regulador tem de avaliar a qualidade financeira e a idoneidade...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mesmo que possa pôr em causa um risco sistémico, que aqui tão bem e de forma tão clara nos expôs há minutos?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, isso tem de ser avaliado com as outras componentes. Acho que tentei passar também a mensagem de que, em normalidade do mercado em fase depressiva, o risco de contraparte, tal como estava coberto, cobriria o risco de volatilidade e o risco de liquidez. Isso está também demonstrado.

Agora, em fase de anormalidade de evolução do mercado, essa parte já não estava coberta.

Mas o Banco de Portugal não tem de estar a fazer essa avaliação de crédito, acho eu, até porque são departamentos diferentes e teria de comunicar ao departamento de supervisão «olhe, esta operação...» Estávamos em 2007, para aí!...,

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Para terminar a primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Anastácio, do PS.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Jorge Tomé, muito obrigado pelas suas extensas, precisas e concretas explicações relativamente a muitas das questões que aqui foram colocadas.

Vou tocar num assunto grave mas não vou, obviamente, fazer-lhe perguntas sobre a avaliação do que é que havia de fazer na altura — aliás, acabou de responder — perante a situação criada.

Para mim, a única questão que se coloca — e sei que, provavelmente, responderá que não estava no momento da decisão — é se toda a avaliação que fizeram foi confrontada, se gerou alguma reflexão dentro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e se isso implicou até algum juízo relativamente à situação criada — já sabemos da conjuntura internacional — pelas decisões que foram tomadas, que confrontaram a Caixa Geral de Depósitos e administração de que fez parte com uma situação como aquela.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, está a referir-se já à parte da execução?

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — À avaliação. Quando se confrontou com os problemas da execução, isso teve origem em situações anteriores, como é óbvio, as quais geraram esta situação. A minha pergunta

é se isso gerou, na sua administração, alguma avaliação do que se passou, e até se mudou algum comportamento na administração da Caixa.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, obviamente, e acho que o meu colega Norberto Rosa já teve oportunidade de referir isso aqui.

A partir de 2008, fez-se um levantamento dos financiamentos, o *reporting* de controlo de exposição que a Caixa tinha, que o balanço da Caixa tinha, neste tipo de operações. Isso era avaliado todas as semanas no Conselho de Administração.

Portanto, detetámos que a Caixa, na altura, tinha uma exposição global de financiamento para compra de ações de 4,6 mil milhões, o que era uma situação preocupante caso houvesse um problema sério de mercado. Obviamente que, na altura, não se punha essa questão. Estamos a falar do início de 2008.

Mas essa situação era avaliada todas as semanas, todas as semanas era reportada e fazíamos o acompanhamento da situação. As direções, nomeadamente a DGE e a Direção de Gestão de Risco — aliás, essa era uma informação da Direção de Gestão de Risco —, dentro dos seus estatutos orgânicos e das suas funções, designadamente a DGE, tinham de tentar reforçar garantias, etc. E isso foi feito na medida do possível. Reforçámos muitas garantias neste tipo de operações e conseguimos amortizar outras.

Isto para dizer o seguinte: em 2008 não sei, mas em 2011 e 2012 — tenho esse *reporting* aí — conseguimos reduzir mais de 1,5 mil milhões de euros de financiamentos garantidos por ações. Acho que grande parte disto até foi em 2008, estou a lembrar-me de uma grande operação que foi amortizada nessa altura, e reforçámos muito as garantias, mas o mercado estava absolutamente incontrollável. Não vale a pena estarmos a escamotear isso.

Repito, se estivéssemos numa fase depressiva de um ciclo económico normal, apesar dessa grande exposição — era enormíssima! —, a situação tinha sido controlada. Mas, infelizmente, não foi o que aconteceu e, portanto, ficámos expostos de uma forma muito grande ao risco de volatilidade e ao risco de liquidez, principalmente ao risco de liquidez. Mesmo que quiséssemos desfazer as exposições em mercado, podíamos fazê-lo mas com perdas enormíssimas. Isso é indiscutível.

Portanto, a solução aí tinha de ser reforçar garantias ao máximo e esperar que o mercado se alterasse.

Devo dizer também que hoje sabemos o que se passou, enfim, a crise, mas os decisores, como o Sr. Deputado também sabe, todos os dias ou todas as semanas, quando se debruçam sobre estes temas, avaliam o momento e as expectativas do mercado com base em informação por parte das agências financeiras, agências económicas, etc. Ora, todas as previsões — repito, todas —, desde 2008 até 2012/2013, dos relatórios que tínhamos, fossem do BCE, do FED, das agências financeiras internacionais, do FMI ou da OCDE, diziam que estávamos claramente em crise mas as expectativas que havia foram sempre melhores do que aquilo que aconteceu. Isso é indiscutível.

Lembro que estivemos a fazer os planos de recapitalização dos bancos em 2012, com a troica, o FMI e todo esse tipo de agências, e os estudos que se faziam relativamente à evolução da taxa de juro, aos agregados macroeconómicos, etc., etc., e as previsões que se faziam, repito das várias agências e das várias entidades altamente credenciadas, foram sempre muito melhores do que aquilo que aconteceu em 2013 e em 2014.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Doutor, referiu há bocadinho — e deu-lhe um grande enfoque até — a questão das garantias, e particularmente estávamos a falar das obras de arte. Elas foram avaliadas a

pedido do Banco ou por iniciativa do proprietário? Quem é que fez essa avaliação? Tem valores? Tem essa informação?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Na altura, tínhamos duas avaliações, sendo uma da Christie's, que é uma leiloeira bastante conceituada, que não tinha todas as obras avaliadas. Tinha avaliado o chamado Volume I, mas os Volumes II e III não estavam avaliados. Apontava para uma avaliação de 316 milhões de euros. Depois, tínhamos uma avaliação de uma outra leiloeira, menos conhecida, de *tier* dois ou três, que apontava para 513 milhões de euros, estando avaliadas todas as obras de arte.

Tínhamos ainda um outro preço, que para nós foi muito importante, que constava do contrato que foi estabelecido com a Associação Coleção Berardo e o Estado, em que o Estado tinha uma opção de compra com um preço de exercício de 360 milhões ao fim de 10 anos, na altura. Essa opção maturava em 2016. Para nós, como é óbvio, era um preço de referência importante.

Depois, ficou no contrato, se a memória não me traiçoa, que quem teria de fazer as atualizações das avaliações era a própria Associação Coleção Berardo. Acho que isso ficou também contratado mas não veio a acontecer.

Mas nós sabíamos outra coisa, sabíamos que a arte estava a valorizar.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Foi referido o Dr. Vasco Vieira de Almeida, que era o presidente da mesa da Assembleia Geral, e também falou numa sociedade de advogados...

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Posso deduzir que era a sociedade Vieira de Almeida & Associados.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sim. A relação de acompanhamento fazia-se entre a Administração e a Assembleia Geral no quadro da associação? Ou era entre a Assembleia Geral, tendo em consideração que estava lá em garantia de representação, de alguma maneira, e os bancos credores?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — O acompanhamento era feito, na altura, pela Direção Comercial da Caixa.

De facto, o presidente da Assembleia Geral, na sua relação com os departamentos jurídicos dos bancos, é que fazia, de certa forma, esse acompanhamento. Aquilo não era um acompanhamento, na altura... Dentro da normalidade, enfim, não tinha de ser um acompanhamento com grande frequência periódica. Não precisava.

Mas, enfim, o mecanismo que foi criado foi um bocadinho através do presidente da Assembleia Geral e dentro da relação normal que havia entre o mutuário e as direções comerciais que acompanhavam a posição do crédito.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — O desenho da solução jurídica foi feito pela Vieira de Almeida & Associados?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Com apoio dos departamentos jurídicos dos três bancos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Portanto, o departamento jurídico e, presumo, os demais sentiram-se confortáveis com a solução jurídica encontrada?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Absolutamente.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Houve problemas *a posteriori*, como sabemos. Tem alguma ideia de reporte deles ao banco?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, tanto quanto soube, esse problema surgiu em 2016. Saí da Caixa no princípio de 2012.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Ainda quanto à estrutura jurídica, já disse que se sentiam confortáveis. Nunca foi colocada a possibilidade de a totalidade dos direitos sociais que eram uma referência...

Mas aconteceu, obviamente, uma solução que permitiu que esses direitos sociais não fossem exercidos na sua plenitude ou, pelo menos, que fosse construída uma solução que gerou uma opção contrária, uma alternativa. Poder acontecer uma situação como esta não estaria blindado, na sua perspetiva? Ou estava mesmo?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, acho que esse risco não é tanto um risco da construção jurídica, é um risco moral.

Por muitos controlos que tenhamos, por muitos reportes que tenhamos, por muitas monitorizações que façamos, é um risco que é muito difícil de controlar, para não dizer que é impossível.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Em relação à La Seda, já referiu que houve aqui uma apreciação, no fundo, do empenho ou, pelo menos, de reconhecimento do Estado português da importância do projeto.

A minha pergunta é, em relação a esse reconhecimento do Estado português, feito pela AICEP ou por outra entidade, em que circunstâncias aconteceu, ou não, a avaliação que um banco, no caso a Caixa Geral de

Depósitos, tem de fazer relativamente à sua participação enquanto entidade acionista ou como financiador de um projeto. Se é que condiciona!

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — O Sr. Deputado perguntou se condiciona?

Vamos ver: o facto de só ser PIN não condiciona, mas a história deste caso é uma história um bocado diferente. Houve contactos... Não sei que contactos verdadeiramente houve entre a administração da Caixa e o acionista sobre esta matéria. Não faço ideia.

A única coisa que sei é o que tenho ouvido aqui.

Mas sei as orientações que, na altura, o CaixaBI e a Caixa Capital tiveram da administração da Caixa. Isso sei. E, de facto, o que foi invocado sempre foi o grande interesse público do projeto e ser um projeto muito infraestruturante para a cadeia de valor de Sines. E, na realidade, tinha, isso não é discutível, confirmo isso totalmente. Houve *n* estudos nossos, de fora, de auditores, de especialistas na indústria química.

A refinaria de Sines tecnicamente era considerada o *state of the art* das refinarias de PTA na altura, pela sua componente de *utilities*, energética, etc. Isso está traduzido em *n* relatórios de entidades internacionais especializadas nessa matéria.

Isso é indiscutível. O problema, quanto a mim, surgiu com o concedente do projeto, ou seja, com a contraparte do *offtake* que se chama La Seda.

O PET caiu totalmente e a La Seda tinha um conjunto de problemas. Endividou-se para comprar aquela operação grande, a Europa, e, depois, houve todas as consequências disso. Mas devo dizer o seguinte: em 2010, quando houve a reestruturação da La Seda, a dúvida, a questão controversa que houve, ou seja, se a Caixa devia apoiar, na altura, o projeto. É preciso dizer que o Grupo Imatosgil saiu da La Seda não foi no início de 2008, nem

no meio, foi no fim. E também é preciso esclarecer que não saiu, segundo disse aqui, ele comprou as ações a 2,3 e vendeu-as a 0,5 no final de 2008.

O parceiro industrial da Caixa naquele projeto era o Grupo Imatosgil. Quando esse grupo desistiu do projeto, tivemos de encontrar uma alternativa, porque o projeto estava em curso. Encontrámos uma ótima alternativa, um grande grupo industrial português — havia mais interessados, devo dizer — que, depois, fizemos com que, até, fosse nomeado para o conselho da La Seda.

Esse grupo esteve a fazer toda a *due diligence* da La Seda em 2009 e 2010. Quando se acabou a reestruturação financeira e económica da La Seda, etc., tudo correu no tribunal de UK, pôs-se o problema: continuava-se com o projeto ou não?

Depois de toda a *due diligence* feita por esse grupo industrial português, um excelente grupo, com grande capacidade financeira, ele decidiu: «Quero o projeto, quero avançar, quero ficar com a La Seda». Investiu, suponho eu, 60 milhões de euros na altura.

Isto não é *Excel!* Meteu o dinheiro! Um grande industrial português, depois de ter feito *due diligence*, durante um ano e meio, dentro da La Seda!

Então, a Caixa já tinha investido no projeto cerca de 100 ou 110 milhões de euros. O racional, primeiro, de se ter metido no projeto era para o pôr em laboração, em produção. Tendo um grupo industrial português que substituiu o Grupo Imatosgil e que estava basicamente no mesmo setor, pelo menos, na parte da distribuição dos clientes, isto é, conhecia bem o mercado na parte final da cadeia de valor, porque os clientes eram mais ou menos os mesmos que ele já tinha, e que decidiu que estava interessado na La Seda, dizendo: «Então, vamos construir aqui uma solução. Ponho aqui, capitais meus, 100 ou 105 milhões de euros».

A AICEP reafirmou o interesse no projeto. E até reafirmou, muito mais tarde, em 2012, o interesse no projeto. Houve uma resolução do Conselho de Ministros, do início de 2012, a dizer isso mesmo. Perante isto a Caixa dizia: «Não, não, agora vamos desistir do projeto»!?

Quer dizer, fazendo uma análise económica de custo de oportunidade, na altura, a decisão só podia ser uma: avançar com o projeto neste contexto.

Sobre isso não tenho nenhuma dúvida. Posso ter dúvidas em meados de 2008, depois de o PET começar a cair e de surgirem os problemas da La Seda, se o projeto devia ser, ou não, reequacionado. Aí, tenho dúvidas. Tenho dúvidas e não sei o que daria o reequacionamento do projeto.

Mas isso foi, de facto, condicionado por força de ser um projeto de interesse público e porque o Estado português tinha interesse em que o projeto viesse para Sines. Aí houve esse condicionamento.

Em 2010 ou 2011, quando se deu a reestruturação e o relançamento do projeto, com toda a análise económica em termos de custo de oportunidade, qualquer decisor teria decidido avançar com o projeto. Porquê? Porque havia um parceiro industrial que punha lá 65 milhões de euros, depois de ter feito uma *due diligence* de um ano e meio à La Seda e ao projeto.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Posso concluir — acho que isso é claro, mas pedia a sua confirmação — que para o Grupo Caixa estar neste projeto tinha de ter necessariamente um parceiro industrial.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Absolutamente! Mandatoriamente!

A sua pergunta é pertinentíssima. Saindo o Grupo Imatosgil, se não tivéssemos encontrado um parceiro industrial para o projeto de Sines, devo

dizer-lhe que a decisão, no final de 2008, teria sido muito diferente. Provavelmente o projeto caía mesmo.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Mas também foi decisivo para entrarem neste projeto a existência do Grupo Imatosgil...

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Absolutamente.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sei que pode ser especulativo, mas em relação às razões da posição do Grupo Imatosgil, quais é que valora mais: a perspetiva da relação com quem estava à frente da La Seda, propriamente, ou os indicadores de mercado que começaria a haver relativamente ao negócio em concreto?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, em 2007, no primeiro quadrimestre, se quisermos situar no tempo, não se podia dizer que a La Seda tinha um problema. Não havia informação suficiente para alguém dizer isso.

Podia haver, tal como o Grupo Imatosgil na altura levantou essa questão, uma perspetiva estratégica diferente para a La Seda e da forma como a La Seda podia ser governada, etc. Isso é uma coisa.

Mas é preciso ver que o Grupo Imatosgil está neste setor industrial há muitos, muitos anos. Pode considerar-se um especialista deste setor. Estava muito investido neste setor e estava muito investido na La Seda.

Portanto, é natural — isto nunca foi dito — que tivesse ambições de controlo da La Seda e para o fazer precisaria de um parceiro financeiro. E como havia aquelas dúvidas sobre as contas da La Seda e a orientação que a La Seda estava a ter com o presidente da altura, seria o momento de dizer à Caixa: «Atenção que têm de ter uma estratégia de confrontação, tem de

haver um *takeover* à La Seda e cá estou eu para a gerir, porque tenho toda a experiência nesta área»! E tinha claramente! Portanto, penso que essa ambição é legítima.

Quando percebeu que isso não podia ser, quando percebeu que o PET começou a cair brutalmente e os problemas da La Seda começaram a surgir — tivemos conhecimento dos problemas da La Seda com muito mais profundidade, pois mandámos fazer uma auditoria diferente, etc. —, o Grupo Imatosgil desistiu do projeto e, aí, a Caixa viu logo o problema. Se já o tinha, a partir do segundo semestre de 2008, por toda a evolução que a La Seda estava a ter, então, ficando sem o parceiro industrial tínhamos um grande problema.

Felizmente, quanto a contactos feitos, houve dois grupos industriais portugueses interessados em participar na La Seda e que, embora de forma diferente, conheciam bem o setor. Optámos por um deles, com determinados critérios e com a condição de «sim senhor, mas tenho de perceber tudo o que se está a passar dentro da La Seda». Foi indicado por nós para ser administrador não-executivo da La Seda e pôs lá a sua equipa. Na altura, os outros acionistas catalães começaram a perceber que a áurea do presidente da La Seda se estava a desvanecer, ou seja, que aquela lua-de-mel tinha acabado, obviamente, tiraram referências do grupo industrial português e acharam bem que ele viesse para conselheiro da La Seda e que pusesse lá dentro a sua equipa, pois poderia ser o investidor da La Seda, relançando-a novamente. Portanto, foi o que aconteceu.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Foi, então, nesse momento que o Grupo Imatosgil percebeu que não tinha um parceiro financeiro para uma OPA eventualmente?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Exatamente.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — E, em sua opinião, tinha expectativas de ter?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Pelos vistos, tinha.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Reformulo a pergunta: nas conversas que houve entre o Grupo Imatosgil e a Caixa Geral de Depósitos chegou a ser colocada essa questão?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, não. Nem comigo nem com o Eng.º Faria de Oliveira tal opção foi sequer discutida alguma vez. Admito que, na reunião em Madrid, com representantes da Caixa Capital, esse tema tenha sido afluído. Admito isso! Admito que ele tenha posto, de uma forma objetiva, esse tema. Pôs-se, certamente, porque sei o resultado dessa reunião, mas os representantes da Caixa Capital nem sequer estavam mandatados para decidir tal coisa. Foram à reunião, transmitiram os resultados da reunião e, de facto, nessa reunião surgiu a questão de haver, eventualmente, uma alteração na *governance* da La Seda, em que o Grupo Imatosgil pontificaria nessa alteração. Depois, ele veio a transmitir-nos isto, em Lisboa, numa reunião... Pelo menos, comigo, houve. Não me lembro se o Eng.º Faria de oliveira esteve, ou não, presente nessa reunião, mas ele já tinha falado com o Eng.º Faria de Oliveira sobre essa matéria e, portanto, a opinião foi absolutamente unânime. Não tinha...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Quanto à abordagem da linha de que o confronto com a Catalunha, a importância da Catalunha, as questões políticas, releva-a de alguma maneira? Considera-a importante?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Zero!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Então, terminava com esta síntese, à qual lhe peço, depois, um comentário: o Grupo Imatosgil avançou para a Caixa Geral de Depósitos para ter um parceiro nesta sua entrada, quer dizer, neste seu desenvolvimento na La Seda; teve constrangimentos... há constrangimentos no mercado, há indicadores no mercado; há tensões dentro da empresa La Seda; há uma visão, do Grupo Imatosgil, de como abordar o problema, mas que não merece o assentimento da Caixa Geral de Depósitos; e o Grupo Imatosgil sai desta questão dizendo que a culpa deste passivo, digamos assim — porque ele não está só aqui, está também nos outros financiamentos que existiram —, é da Caixa Geral de Depósitos e dizendo também que quase não deve nada à Caixa Geral de Depósitos. Isto faz algum sentido?

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, obviamente que se, nessa altura, a estratégia do Grupo Imatosgil era a de fazer o controlo da La Seda, isso gorou-se, como é óbvio. Quanto a ele ter abandonado o projeto, não o abandonou. Ele só abandona o projeto no final de 2008 e toda a relação que houve com a Caixa...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Desculpe a interrupção, mas estava em claro desinvestimento, numa decisão clara de saída. Já não havia condições para aquele projeto se manter na perspetiva que eles tinham! E, já agora, associa isso a algumas dificuldades do próprio grupo e do setor.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Primeiro, ele não abandonou o projeto. Obviamente que as expectativas e ambições que tinha, pelo menos na relação com a Caixa, deixou de as ter. Mas não abandonou, tanto assim

que, na relação com a Caixa enquanto devedor, como mutuário — isso também está aí demonstrado —, manteve sempre um diálogo muito aberto no sentido de reforçar garantias, de dar garantias, etc. O que é que aconteceu? Aconteceu um movimento paralelo, ou seja, o PET tem uma quebra de quase 60% e a La Seda fica numa situação muito complicada, depois de todos os investimentos que tinha feito em 2007, em 2006 e 2005. De facto, aí ele desiste e sai do projeto. Mas isso é já no final de 2008, não é na conversa que teve connosco, na Caixa Geral de Depósitos, quando lhe dizemos que essa estratégia de *takeover* — utilizando este anglicismo — não faz sentido. Aí, ele não desistiu do projeto, manteve-se até ao final de 2008.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — *(Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.)*

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — É verdade, mas isto prova que ele não queria que a Caixa liquidasse as ações e executasse o contrato. Se quisesse, tinha dito «então, abandono já o projeto, vocês ficam aí», etc. e, se isto tem acontecido, no dia seguinte estávamos a liquidar, porque a La Seda... Queria lá saber que a La Seda tivesse um problema de mercado ou deixasse de ter; as ações eram executadas, ponto! Só que ele não quis isso e, portanto, alimentou um diálogo inteligente, dizendo que dava esta garantia, depois dava outra, que aquela não podia dar, que um fundo não podia dar, mas que o outro já podia dar e não sei quê... Isso está tudo registado.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Chegamos, assim, ao fim da primeira ronda.

Como é normal, faremos uma pausa, que proponho que seja de apenas 5 minutos, dado o adiantado da hora. Aliás, antes disso, pergunto

quais são os grupos parlamentares que pretendem usar da palavra na segunda ronda.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — Só preciso de 1 minuto.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Aparentemente, só o PSD é que pretende usar da palavra na segunda ronda.

Assim sendo, faremos uma pausa antes de passarmos para a reunião à porta fechada.

O Sr. Deputado Virgílio Macedo tem 5 minutos para usar da palavra, embora tenha prometido usar só 1 minuto.

O Sr. **Fernando Virgílio Macedo** (PSD): — É muito rápido. O Dr. Jorge Tomé já referiu, por duas vezes, o risco moral inerente à operação de financiamento da Fundação Berardo e aquilo que eu queria esclarecer é se, quando se estava a referir a esse risco moral, indiretamente, estava a dizer que, quando foi feito o sindicato bancário e o reforço de garantias, havia o conhecimento e a convicção de todos, tanto por parte dos bancos como por parte da Fundação José Berardo, que os títulos davam, entre aspas, direito indexado às respetivas obras de arte — ou seja, que as respetivas obras de arte estavam acopladas — e que, posteriormente, conforme foi dito nesta Comissão, terá existido algum tipo de operações realizadas no âmbito da Associação/Fundação Berardo no sentido de retirar essa garantia que os bancos tinham relativamente às obras de arte. E, nesse sentido, agora já não de forma indireta mas de forma direta, de que não havia garantias relativamente ao pagamento, na medida em que a Associação fica despida de qualquer ativo materialmente relevante.

É esse sentido que está a dar? Ou seja, de que quando eu, devedor, quero contornar voluntariamente uma garantia que posso ter dado no

passado — e quando o quero fazer de uma forma, eventualmente, não muito correta —, é muito difícil os bancos conseguirem monitorizar, 24 horas por dia, durante 365 dias, a realização de eventuais operações, pelo que agora só resta uma coisa: validar se essas operações que foram feitas posteriormente são corretas ou não, se são legais ou não.

O Sr. Dr. **Jorge Tomé**: — Sr. Deputado, o risco moral do empresário José Berardo foi sempre considerado, para os bancos, um bom risco. Isso é indiscutível, até porque, como sabem — e, quer queiramos quer não, isso conta —, ele tinha um historial como empresário, etc., com o seu estilo muito próprio, mas era um empresário com obra feita, com capacidade financeira e tudo mais. Depois, atenção, o empresário José Berardo foi condecorado, por duas vezes, pelo Estado português e tem, também, uma comenda do Estado francês, que não é assim tão pequena.

Portanto, para o comum dos mortais — e os bancos também são o comum dos mortais, até porque a avaliação do risco moral não é objetiva, é uma avaliação subjetiva —, o risco moral do empresário José Berardo, até termos conhecimento do que aconteceu, era um excelente risco moral. Não podemos pôr isso em causa, mas, naquela construção que foi feita, que envolveu muitos juristas e diretores bancários, esse cenário não passou pela cabeça de ninguém. Esse cenário não passou pela cabeça de ninguém! Aliás, até devo dizer mais... Temos de confirmar se a indexação aconteceu ou não. Tudo leva a crer que aconteceu, pelos registos que tenho, mas, na construção jurídica — nós quisemos ir mais longe com a indexação —, se os credores pignoratícios têm 100% dos títulos e têm os direitos sociais económicos dos títulos, controlam a sociedade. É uma associação, controlam a sociedade... têm o presidente da Assembleia Geral, têm uma cláusula nos contratos de *negative pledge*, em que ele não pode mexer no dinheiro para nada.

Portanto, a Associação não tinha dívida, aquele património estava lá. Mesmo que não tivéssemos feito a indexação dos títulos,... se é também verdade que ele quis vender os títulos, a indexação serviu, porque não pode vender os títulos. Aí, foi mais um travão que teve e mais uma garantia que os bancos criaram, mas lá está, isso já são problemas de risco moral...

Só com a construção dos 100%, tendo os direitos sociais dos credores pignoratícios... É que ele tem de aceitar isso, sabem que, legalmente, isso é... Ele tem de aceitar isso, os contratos. Aceitou, de boa-fé. Assinou os contratos, alteraram-se os estatutos e tudo o mais.

A associação em si, aquele património, se o risco moral se tem mantido, mesmo sem indexação, os credores teriam um direito, ao fim, a ficar com a associação, e a ficar com o património da associação.

Portanto, a indexação já foi uma construção para além do que seria normal.

O Sr. **Presidente** (Fernando Rocha Andrade): — Srs. Deputados, terminada a primeira e segunda rondas, resta-nos a ronda à porta fechada.

Peço, portanto, aos Srs. Jornalistas e a outras pessoas não ligadas à Comissão para abandonarem a sala. Peço também aos serviços que solicitem a interrupção da transmissão pela ARTV.

Interrompemos aqui a sessão, durante 2 ou 3 minutos, para esse efeito.

Eram 18 horas e 26 minutos.